

PERUS DOS MINÉRIOS AS MEMÓRIAS

Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus

Perus Dos Minérios As Memórias
COMPANHIA BRASILEIRA DE CIMENTO
PORTLAND PERUS - CBCPP

Patricia Barbosa Monteiro

Trabalho Final de Graduação apresentado junto à
Universidade Presbiteriana Mackenzie - Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do grau de
bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

ORIENTADORA: PROF. DR. Cecília Rodrigues dos Santos

São Paulo
2015

Quero trazer a memória o que me pode dar esperança
Lamentações 3:21

AGRADECIMENTOS

E lá se foram seis anos de aprendizado e muitas transformações, agradeço a todos aqueles que fizeram parte da minha formação em especial, aos professores Ricardo Belpiede, a Cecília Rodrigues pela compreensão, a Volia Regina Kato por ser um referencial durante o curso e também orientadora de iniciação.

Ao Movimento Pela [Re]apropriação da Fábrica de Cimento por mostrar que existe sim outras formas de fazer cidade;

Aos amigos, aqueles descritos por Salomão, que na angustia se fazem como irmãos, na alegria então...!

A minha Vó Lourdes, irmão Matheus, as Tias, Tios, primas e primos e aos meus padrinhos, minha grande família que sempre me incentivou. E Principalmente a minha mãe que foi e é também o pai, desde sempre com braço de ferro criou seus dois filhos nas bordas da cidade, sem medir esforços para nos proporcionar o melhor que lhe cabia, obrigada pelo auxílio, confiança e encorajamento, você é a melhor e sempre será!

E finalmente a Deus pela oportunidade concedida de poder trilhar por esse caminho, por me guiar nessa jornada e cuidar sempre de tudo e de todos..

Obrigada por acreditarem em mim !!!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

RESUMO DOS CAPÍTULOS

CAPÍTULO 1 Perus na História - 13

1.0 Evolução Histórica

1.1 Desenvolvimento do Bairro: início da exploração dos minérios

1.2 Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus - CBCPP

1.2.1 A Fábrica os Trabalhadores e a Moradia

1.2.2 O Trabalho

1.2.3 A Vida Social

1.2.4 Mudança de Gestão: os greves, surgem os QUEIXADAS

1.3 Preservação

1.3.1 Tombamento 1992

1.3.2 Revisão do Tombamento 2004

CAPÍTULO 2 Desdobramentos do Território - 41

2.0 Características do Território

2.1 Lazer, Educação e Cultura:

Equipamentos públicos e Iniciativas Sociais

2.2 Evolução Demográfica

CAPÍTULO 3 Pela Reapropriação da Fábrica de Cimento - 61

3.0 Movimentos Sociais: 1992 as primeiras articulações

3.1 continuidade do Movimento: 1992 - 2012

3.2 Movimento Pela Reapropriação da Fábrica de Cimento

3.3 Território de Interesse da Cultura e da Paisagem

CONSIDERAÇÕES FINAIS - 80

CAPÍTULO 4 Intervenção Projetual - 83

4.0 Referências: SESC Pompéia

4.1 Referências: Parque e Teatro do Engenho Central

4.2 Memorial de Projeto

4.3 Pranchas de Projeto

BIBLIOGRAFIA 1- 00

Introdução

A motivação inicial para este trabalho se deu pelo desejo de estudar o local de vivências pessoais desde meados de 1996, entretanto, diante da dúvida sobre o que tratar no último trabalho da graduação, foi então a partir da observação diária que se despertou a percepção para uma série de fatores que confluíam, tais como: o patrimônio em deterioração, a multiplicidade de coletivos e a falta de espaços culturais.

A proposta então tem como objeto de pesquisa e intervenção projetual a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (CBCPP), primeira indústria do gênero a produzir em larga escala no país, inaugurada em 1926. Entretanto a abordagem que aqui nos interessa são os desdobramentos resultantes do elemento em questão com relação ao meio em que se insere, trata-se de evidenciar o patrimônio com um fato social Meneses (2009).

São postas as práticas decorrentes ao bem cultural, tanto quando de seu funcionamento como elemento fabril, quanto do encerramento de suas atividades industriais e início das reivindicações de apropriação até os dias atuais. Para tanto busca-se a historicidade produzida pela CBCPP antes durante e após o seu funcionamento, evidenciando os grupos e movimentos que mantém com a mesma algum vínculo.

Ainda sim idealização da Fábrica como patrimônio histórico, desperta para o campo do patrimônio da industrialização, grandes áreas que resistem em muitos casos dentro das cidades em espaços bem localizados e ociosos por longos períodos. Em contrapartida a população muitas vezes trata de sinalizar caminhos para utilização destes espaços.

Neste sentido o trabalho busca também analisar através de observações empíricas os caminhos que a população indica, através das diversas apropriações pelo bairro, para que assim seja explorado em sua totalidade o potencial que o espaço dispõe e que sua funcionalidade seja a junção entre o aspecto histórico, as reivindicações sociais e as necessidades locais. Como afirma Varine (2012) o patrimônio é um recurso local que tem um passado um presente e um futuro é essencial para o desenvolvimento local, que por sua vez só terá eficiência quando da “participação efetiva ativa e consciente da comunidade que detém esse patrimônio”.

Resumo dos capítulos:

O primeiro capítulo faz um breve panorama histórico do bairro partindo logo em seguida para o objeto de interesse, a Fábrica de Cimento, contando a narrativa de sua formação, influência no desenvolvimento do bairro e na vida dos trabalhadores, até o seu tombamento em 1992. Encontra-se os principais acontecimentos como a organização sindical dos operários o contexto das greves e a vida social, finalizando com as questões de preservação.

No segundo capítulo delinea-se o território nos dias atuais com a intenção de apreender quais são as necessidades relacionadas ao lazer à cultura e educação. Além diswso, são postas as características principais do bairro e a inserção do objeto de estudo no lugar. Ainda sim buscou-se uma aproximação do imaginário social por meio de pesquisa de campo sobre a Fábrica, a fim de identificar a relação do bem cultural com a população atual.

O capítulo três coloca em destaque a atuação do: “Movimento Pela [Re]apropriação da Fábrica de Cimento” e da Universidade Livre e Colaborativa, para tanto são relatadas algumas das trajetórias que implicam em ações de divulgação, fomento e formação de conhecimento com respeito ao patrimônio em questão, na busca pela fruição popular.

O capítulo quatro e ultimo, traz a intervenção projetual como resultante da pesquisa, bem como o percurso realizado para melhor intervir no espaço. Desta forma são apresentadas como elementos finais referências, memorial descritivo e projeto final.

The background is a watercolor-style illustration. It features a vertical line down the center. The left side of the line has a light beige and cream color palette with some blue and green splatters. The right side has a similar palette but with more prominent blue and green splatters, especially towards the bottom. The overall effect is soft and artistic.

CAPÍTULO 1

Perus na História

1.Evolução histórica do bairro

O bairro de Perus situado a noroeste da capital paulista tornou-se de maior conhecimento da população após a inauguração em 1867 da então estação de Trem “Os Perus”, uma das estações da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, antiga São Paulo Railway. No entanto, os primeiros registros da região mais especificamente do Jaraguá, datam de antes da colonização. Trata-se de 3 sítios Pré-coloniais, identificados recentemente em decorrência das obras do Trecho Oeste do Rodoanel, são estes Jaraguá 1, Jaraguá 2 e Olaria. Segundo Robrahn González arqueóloga Coordenadora das escavações “os sítios apresentam características distintas e remetem a contextos específicos e diversos de ocupação humana na área” (MORI et.al.,2006), para o Sítio de Jaraguá 1 foi realizada datação pelo método Carbono14¹ que resultou na data de 1.290 d.C. sendo esta, a data mais antiga para arqueologia em São Paulo.

Ainda sobre Jaraguá e arredores, encontram-se relatos da exploração do Ouro no Pico do Jaraguá em meados dos anos 1590 durante o período Colonial. As atividades de mineração se deram por iniciativa de uma sociedade entre os Afonso Sardinha e Clemente Alves. De acordo com Siqueira (2001) a descoberta rendeu ao Brasil a vinda de uma comissão governamental e de técnicos para avaliação das jazidas encontradas ao pé da montanha e no córrego Santa Fé, fato que Taunay nomeou de “miragem americana”, a obsessão dos portugueses pelo ouro, de certa forma, influenciados pelas descobertas de ouro e prata dos espanhóis no México e no Peru.

Em virtude disto, a região do Pico do Jaraguá passou a ser conhecida também como “Peru do Brasil” fato que possivelmente contribuiu para que a região de Ajuá, tenha no século XIX passado a se chamar Perus. Ainda no período colonial, em meados do século XVII viu-se abertura de uma via que futuramente seria chamada de São Paulo-Jundiaí. Atualmente pouco restou desta via que faz a ligação entre os bairros de Jaraguá e Perus, tangencian-

do a rodovia dos Bandeirantes a estrada São Paulo-Jundiaí recebe o nome de Rua Mogeiro ao entrar no bairro de Perus e segue assim até encontrar novamente a rodovia sem, contudo, fazer confluência. A São Paulo-Jundiaí então: “desaparece entre os pinheiros e eucaliptos da companhia Melhoramentos na outra margem da rodovia. Um pouco adiante, todavia, ainda são visíveis as ruínas de uma ponte sobre o rio Juquery por onde a estrada seguia para Jundiaí.” (SIQUEIRA, 2001).

A São Paulo do século XVII foi uma reunião de fazendas, de agricultura de subsistência e pastoreio, destacando-se algumas regiões como Parnahyba, Cotia, São Miguel, Juquery, Atibaia entre outras, as regiões de Perus e Cajamar se caracterizaram ao longo destes anos como regiões distantes dos municípios mais adensados como Parnahyba e São Paulo. De acordo com Siqueira, o progresso só chegou de fato a São Paulo, no século XVIII, com o início do ciclo do açúcar, foi neste período que a produção começou a ser exportada, exigindo melhorias e especificações das estradas, sendo sete artérias principais, a São Paulo-Jundiaí era a segunda na classificação, sendo parte dos 500 quilômetros de estrada que seguia para Campinas, Mogi Mirim, Casa Branca, Batatais, Franca até Minas Gerais.

Já no século XIX, muitos viajantes que seguiam pela Segunda Estrada fizeram registros da mesma e de como aparentavam ser os dias ali naquela região, destaque para as anotações de Saint Hilaire que em 1819 na viagem de Minas Gerais para São Paulo notou ao passar pela ponte do Rio Juquery, que a paisagem ali estava mais devastada que no interior paulista. Ainda sobre os relatos da região, Luiz D’Alincourt oficial de engenharia português, observou que a região era uma mescla de agricultura de subsistência e produção de açúcar, produção esta que gerava um fluxo acentuado de tropas de burro de carga na Estrada.

É também do século de XIX a história de uma Senhora que atendia por nome de Maria, conta-se que a mesma possuía um posto de parada, algo como uma casa de repouso na Estrada São Paulo-Jundiaí, tal estalagem servia de descanso para os tropeiros e seus animais, o que vale salientar é que a Senhora Maria criava e vendia peru fato que lhe rendeu o codinome Dona Maria dos Perus, em torno deste conto surgiu uma crença popular que perdura gerações, que o nome do bairro se deu em decorrência desta senhora e de seus perus. (ANJOS et.al.,2008).

Verdade ou não a Dona Maria dos Perus tornou-se um tipo de lenda urbana, a primeira constatação do termo “Perus” é de 1875, quando o en-

genheiro J. Ewbank relatou sobre três estações entre São Paulo e Jundiahy (Água Branca, Perus e Belém). (SIQUEIRA, 2001).

Em 1867 é inaugurada a estação Perus da então São Paulo Railwail (atual linha 7rubi da CPTM) com a pretensão de ser apenas um ponto de parada para reabastecer a água das locomotivas da SPR que seguiriam viagem para Jundiaí. A conformação da região naquela época era basicamente de alguns produtores agrícolas e algumas famílias mais abastadas, caso da família de Edwiges e Inácio Dias proprietários de uma fábrica de pólvora as margens da ferrovia, fábrica esta que forneceu munição para o Porto de Santos durante a Revolta da Armada em 1893.

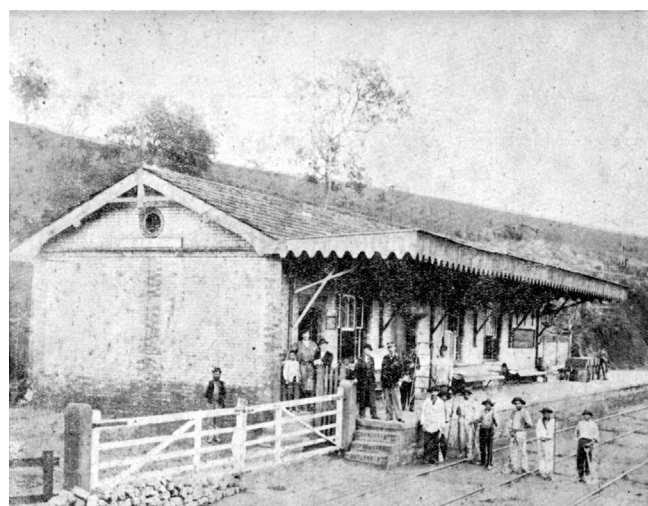


Figura 1: Estação de Trem Perus em 1867
Acervo: Nelson Camargo



Figura 2: Estação de Trem Perus, sem data
Acervo: Nelson Camargo

1.1 Desenvolvimento do Bairro: início da exploração dos Minérios

O desenvolvimento de Perus se deu na medida em que São Paulo foi avançando rumo ao interior do estado. Como foi constatada, a região que se conforma entre o Pico do Jaraguá e a Serra da Cantareira no limite noroeste da cidade, se constituiu passagem obrigatória para os que na época seguiam do centro de São Paulo em direção a Jundiaí, de onde partiam as conexões para cidades do interior e outros estados como Minas Gerais e Goiás. O fato é que, Perus era cortado pelos principais meios de locomoção na época: a Segunda Estrada assim classificada no início do século XIX pelo governo da capitania e pela estrada de ferro São Paulo Railway (Santos-Jundiahy), este ultimo, foi fator determinante ao facilitar o acesso para a pequena comunidade até então de hábitos rurais.

No entanto Perus que ainda se chamava Ajuá (significado) pertencia a subdivisão de Freguesia de Nossa Senhora do Ó, que naquela época aproximadamente no ano de 1856 havia em seus registros cerca de dezessete proprietários de terras nas redondezas de Ajuá. Os Hedwiges Dias de Oliveira figuravam entre os principais, já na época da estação, sendo donos da fábrica de pólvora, construíram um palacete as margens da ferrovia e outro no Campos Elíseos, tamanho eram seus ganhos com a fábrica de pólvora.

O novo acesso foi um facilitador para a vinda de novos proprietários e consequente desenvolvimento do bairro, junto com os Dias podem ser destacados posteriormente (pois chegaram depois e não por terem menos importância) também Antonio Maia, Di Sandro, Achilles Fanton, Ernesto Bottoni, Narciso Cagnassi, Leonardo Correia, Julio de Oliveira, Demetrio Vidal Lopes, Pascoale Peciccacco e Sylvio de Campos, estas famílias figuravam entre os principais núcleos familiares em Perus na época.

Outro empreendedor que marcara a região no início do século XX foi Coronel Proost Rodovalho, detinha posse sobre as terras na região de Caieiras as quais chegavam até noroeste da estação Perus, criou ali em 1890 a empresa Melhoramentos, suas terras eram de cultivo de eucaliptos e pinheiros para produção de papel, este foi sem dúvida um fator que delimitou o crescimento do bairro nesta porção pertencente ao Coronel Rodovalho.

Em 1909 um grupo de empresários, liderados por Sylvio de Campos, Mario Tibiriçá e Clemente Neidhart, solicita concessão para construir um novo tronco ferroviário, ligando a estação de Perus a Pirapora do Bom Jesus, alegando como objetivo, levar os romeiros até o santuário da cidade. Autorização concedida nos idos de 1910 pelo Governo de São Paulo.

A construção iniciou em 1911 terminando em 1914, paralelamente ao leito do Rio Juquery e do córrego Ajuá (Ribeirão dos Perus). No entanto, a pouco mais de 15km de construção, os trilhos foram desviados para norte, seguindo em direção ao bairro de Gato Preto (em Parnahyba). Em Gato Preto havia grandes reservas de Cal, estas começaram a ser exploradas em 1914 pela Companhia Beneducci, tal produção era escoada pela Estrada de Ferro Perus Pirapora – EFPP até a estação de Perus da São Paulo Railway de onde seguia para sua comercialização.

O bairro de Perus possuía um cenário vantajoso para os empreendedores que ali se alojaram com a intenção de gerar receitas: o solo era rico em minério e área urbanizada representava uma pequena parcela diante da imensidão ainda por ser explorada, além da proximidade com a ferrovia e uma boa oferta de recursos naturais.



Figura 3: Panorâmica década de 40, estação de trem ao centro

Fonte: Livro, Perus o Bairro dos Minérios

Em meados de 1915, por iniciativa do Dr. Sylvio de Campos especulações acerca de um empreendimento no ramo do cimento ganham vida, até que em 1924 surge a “Companhia Brasileira de Cimento Portland S.A.”, uma sociedade entre brasileiros e canadenses, a ideia se concretizou em 1926 quando a fábrica as margens da Estrada de Ferro Perus Pirapora produziu seu primeiro montante.

A partir deste feito, Perus começou a crescer em população, muitos muitas ali chegavam em busca de uma oportunidade e de moradia barata. As primeiras áreas a serem ocupadas foram as mais próximas da estação, a fábrica de cimento e regiões menos acidentadas, pois Perus tem como característica o relevo montanhoso. Surgiram as primeiras conformações de vilas: a Vila Perus sendo a mais antiga, a Vila Hungaresa formada por imigrantes húngaros, a Vila Fontão que se instalou próxima a uma fonte, de onde se originou o nome e a Vila Operária ou Olaria, que recebeu

inúmeros imigrantes portugueses. Desta forma a população foi se diversificando étnica e culturalmente.

A fábrica produzia e o bairro crescia, no entanto, em meados dos anos 50 o crescimento populacional já se mostrava desproporcional aos postos de trabalho e em Perus viu-se a mão de obra exceder, a indústria não conseguia absorver, tendo os moradores que se deslocarem a outros bairros em busca de emprego. Com as greves da indústria cimenteira a situação se agravou ainda mais. Em 1987 a Portland Perus fechou definitivamente as portas e o bairro que já se caracterizava como bairro dormitório continuou recebendo famílias em busca de moradia, até que em meados dos anos 90 cresceu desenfreadamente para o vetor sudoeste. O relevo montanhoso antes coberto por vegetação deu lugar a inúmeros assentamentos precários de moradias de autoconstrução em áreas de risco e em sua maioria irregular, a paisagem verde praticamente desapareceu.



Figura 4: Panorâmica bairro Vila Perus Fonte: Livro, Perus o Bairro dos Minérios

1.2 Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus

A Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus – CBCPP começou a ser idealizada em 1915 pelo Dr. Sylvio de Campos e pelo engenheiro Dr. Walter Charnley. Estes submeteram a análises, amostras do material encontrado no solo de Perus, realizadas nos Estados Unidos, Canada, Alemanha e Inglaterra e logo se comprovou a “pureza” do minério encontrado.

Em 1923 um grupo de canadenses decide dar atenção ao assunto, o que resultou na vinda dos senhores Drysdale e Pease, ambos de Montreal. Os senhores de Montreal solicitaram a vinda de um especialista em cimento para analisar o depósito de calcário não apenas em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro e Minas Gerais, sendo o Dr. M.M. Smith a pessoa mais indicada por seu conhecimento e experiência.

As análises concluíram que, a matéria-prima encontrada em Perus era a que mais reunia vantagens do ponto de vista da quantidade qualidade e localização. Em 1924 criou-se a Companhia Brasileira de Cimento Portland S.A., sociedade mista entre os brasileiros e canadenses. O maquinário foi encomendado em dezembro do mesmo ano, direto do Canadá, em abril de 1925 iniciaram-se as construções.

Em 1926 foi inaugurada com toda “pompa”, prestigiada por autoridades políticas, representantes das classes conservadoras e pela imprensa que tratava de promover a produção nacional, representava a modernidade e o avanço na indústria nacional, com suas máquinas de alta tecnologia, dizia-se ser a fábrica mais moderna no mundo. O cimento ali fabricado era com frequência submetido a testes nas mais prestigiadas instituições, como as Politécnicas de São Paulo, Rio de Janeiro e a Escola de Engenharia do Mackenzie.



Figura 5: Panorâmica Fábrica de Cimento. Fonte: Acervo Nelson Camargo



Figura 6: Fábrica de Cimento e Logotipo
Fonte: Acervo Regina Bortoto

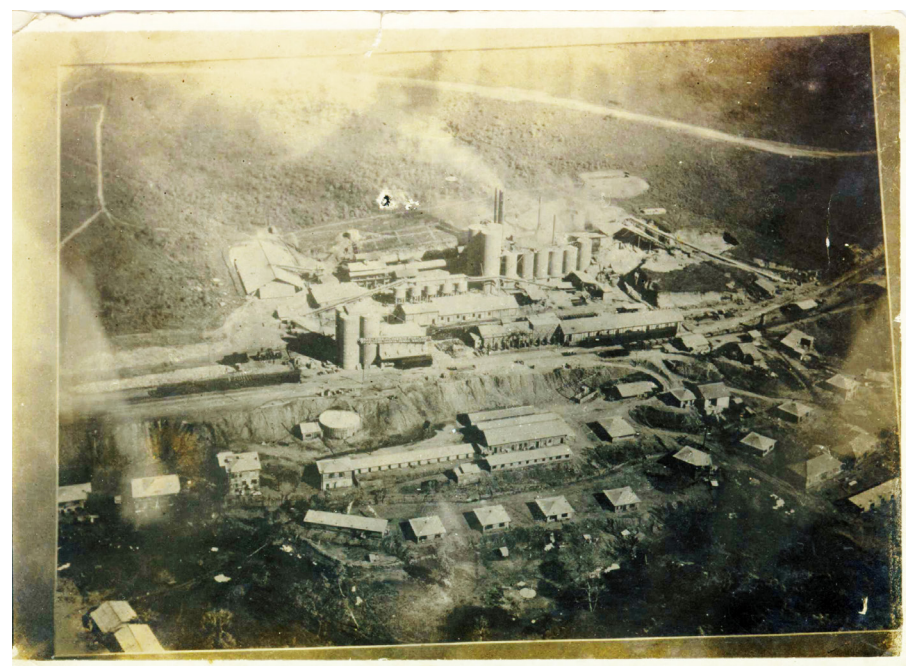


Figura 7: Vista aérea da Fábrica de Cimento
Fonte: Acervo Regina Bortoto

A CBCPP foi por sete anos a única fábrica de cimento no país, isso porque em 1933 era inaugurado um novo empreendimento em Guaxindiba-RJ, pela Companhia Nacional de Cimento Portland. A fábrica de Perus foi considerada a primeira do ramo no Brasil em decorrência de tentativas anteriores terem sido um tanto precárias, com oscilação de funcionamento e produção, tendo operado por períodos pequenos. Enquanto que a “Perus” detinha maquinário de última geração, produzindo com regularidade e em larga escala de produção, chegando a produzir 60.000t. em seu primeiro ano e no ano seguinte cerca de 200.000t.

A necessidade de cimento do tipo Portland na década de 30, era praticamente suprida pela produção nacional, produção esta que se resumia a CBCPP em Perus, fornecendo quase que a totalidade do cimento utilizado nas construções de grande porte da cidade, tais como o Viaduto do Chá, o túnel e viadutos na Av. Nove de Julho e a Biblioteca Mario de Andrade, para destacar algu-

mas, as obras de engenharia da Light na Serra de Santos também se utilizou do cimento fabricado na Perus. (SÃO PAULO, 1992).

Os empreendedores da indústria contavam ainda com inúmeros incentivos fiscais, ocorre que em 1924 com o decreto nº 16.755, o governo passou a conceder alguns benefícios às empresas que produzissem cimento nacional. Segundo o decreto, para obtenção do benefício a empresa teria de produzir acima de 30.000t por ano, manter cinquenta por cento de trabalhadores naturais do Brasil, além de utilizar matérias primas e combustíveis nacionais.

Assim lhes eram concedidos: isenções por vinte anos sobre a importação de maquinários e aparelhos para construção e ampliação de fábricas e ferrovias ou exploração de pedreiras, isenção de imposto de consumo, tarifas especiais no transporte de matéria-prima, além de garantia de compra de trinta por cento da produção por parte do governo.

1.2.1 A Fábrica os Trabalhadores e a Moradia

A Companhia instalou-se com toda sua modernidade nos arredores da estação Perus e tamanho maquinário requeria mão de obra de certa forma especializada para operações mais específicas. A Perus então, teve de criar estratégias para chamar atenção e reter os trabalhadores mais qualificados, sendo assim oferecia um conjunto de “benefícios e vantagens” para os que se dispusessem a trabalhar em sua fábrica, não somente na usina, mas também nas pedreiras.

Tais eram os “benefícios sociais” ofertados: Moradia dotada de infraestrutura, água, esgoto e energia elétrica (esta só chegou para o bairro como um todo no ano de 1953), tudo isso a um preço simbólico, descontado na folha de pagamento. Outros benefícios são ainda lembrados com fre-

quência por alguns dos primeiros trabalhadores, como a assistência médica a cooperativa o açougue, dentista, e a farmácia. (SÃO PAULO, 1992).

Desta forma foram erguidas as primeiras vilas operárias a poucos metros da fábrica: a Vila Triângulo, Vila Portland, Vila Fábrica e as casas da Administração, para aqueles que tinham família, além de destas havia também os alojamentos dos solteiros. Os moradores da vila Portland eram aqueles que tinham maior grau de qualificação técnica e aqueles que possuíam cargos de chefia, enquanto que a Vila Triângulo era ocupada pelos operários, recebeu este nome, pois a disposição das casas lembrava a forma de um triângulo, no meio havia uma capela. Quanto à composição:

“As casas da vila Triângulo eram menores, construídas com blocos de concreto, e com cobertura e piso em cimento enquanto outras casas, como as da Vila Portland, por exemplo, eram maiores, de tijolos e assoalhadas” (SÃO PAULO, 1992).

Porém as vilas operárias não dispunham de casas para todos os trabalhadores e suas famílias e com o passar do tempo as fazendas do bairro começaram a ser loteadas e as vilas foram surgindo para além do perímetro da fábrica, inicialmente de moradores operários da “Perus” que vinham de diversas partes do Brasil e do mundo.

Nos primeiros anos desembarcavam em Perus brasileiros vindos de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Paraíba e aqueles que detinham a mão de obra mais qualificada e terminavam por ocupar os melhores postos na indústria, eram os estrangeiros da Itália, Alemanha, Portugal, Rússia, Inglaterra, Hungria entre outros. E assim surgiram as primeiras vilas, destacando-se a Vila Operaria, Vila Hungaresa e a Vila Portland.

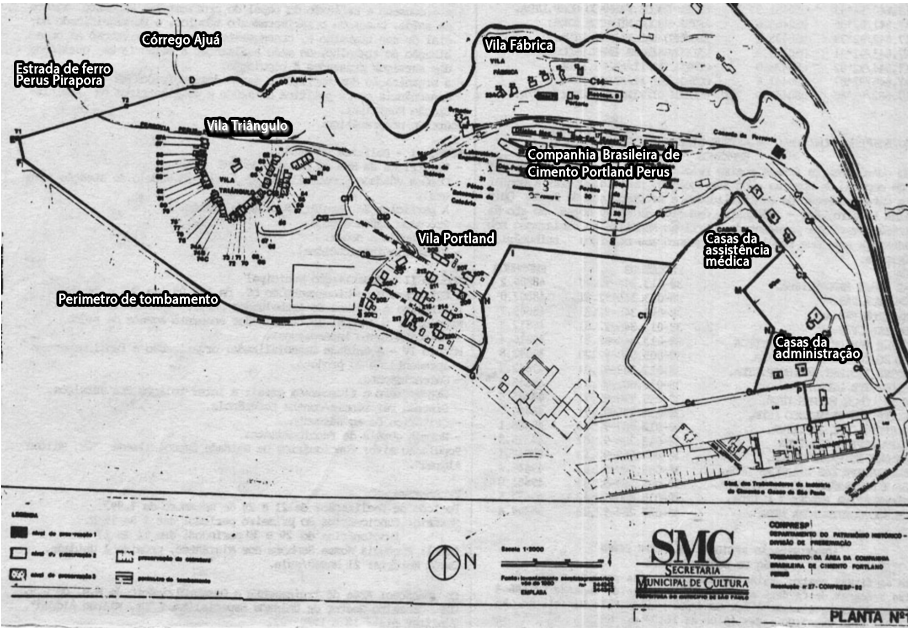


Figura 8: mapa situação Fábrica , Fonte: DPH



Foto no. 3 - Exemplar de uma casa da Vila Triângulo



Foto no. 1 - Exemplar de uma casa da Vila Fábrica



Foto no. 5 - Casa do Admnistrador Geral

Figura 9: Casa Típica da Vila Triângulo

Figura 10: Casa Típica da Vila Fábrica

Figura 11: Casa Típica da Vila Portland

Figura 12: Casa Típica do Administrador

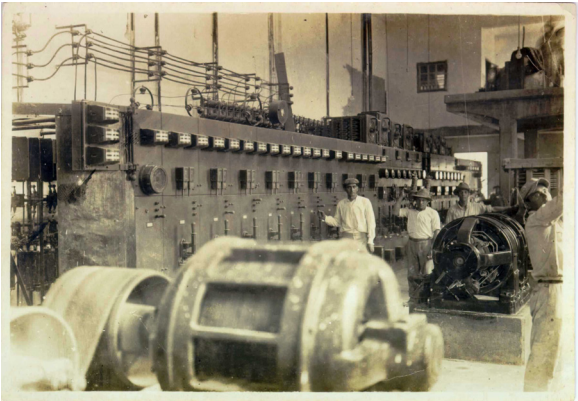
Fonte: DPH

1.2.2 O trabalho

Há de se ressaltar que a proximidade dos operários com a fábrica, a dizer pelas vilas operárias, mantinha os funcionários involuntariamente sobre os olhos do patrão, que a qualquer momento diante de qualquer eventualidade poderia solicitar um funcionário, ainda que este não estivesse em seu turno de trabalho.

De acordo com relatos contidos no tombamento, operários contam que na fábrica trabalhava-se até doze horas por dia, sem receber qualquer tipo de adicional nos salários, pagos duas vezes por semana, na época os operários reivindicavam o direito de quatro folgas no mês e quinze anuais de férias. No entanto com a consolidação das leis trabalhistas na década de 40 a jornada de trabalho foi alterada. Na fábrica foram estabelecidos três turnos de oito horas cada, de maneira que a produção não fosse interrompida.

“...O salário mínimo aqui pra nós começou em 40. Naquele tempo não tinha data base, né ?!A firma aumentava como queria. E aí (após a greve de 1947) eles deram então o pagamento do repouso semanal remunerado, que ainda não tava regulamentado. Tinha na Constituição, mas não tava regulamentado. (...) os canadenses, eles antecipavam as decisões... Quando uma lei era aprovada, o Getúlio assinava uma lei, e sabiam e entrava em vigor. O povo chegava na portaria e tinha um aviso lá: ‘A partir de hoje o salário passa a ser tá, tá, tá, tá’ “



13



14



15

Figura: 13,14 e 15 Trabalhadores na Fábrica
Fonte: Acervo Nelson Camargo

Sr. Augusto (SÃO PAULO, 1992, p114).

Existia ainda uma alternância entre os funcionários e suas funções, a grande maioria dos operários tinha conhecimento não apenas de suas atividades, mas também de outros processos, com o tempo os trabalhadores dominavam as etapas de produção do cimento e aprendiam a manejar os equipamentos, havia certa mobilidade quanto as funções desempenhadas:

“(...) Entrei como servente, depois passei para carpinteiro... aí eu passei a trabalhar como ajudante de modelador... quando eu entrei lá era mocinho novo, (...) depois saí de lá como oficial, saí como operário qualificado.”

Sr. João Pedroso (SÃO PAULO, 1992, p116).

O trabalho, no entanto demandava de acordo com a função: força bruta e ou habilidade para ensacar o cimento e organizar os carregamentos, por exemplo, ou qualificação para operar e consertar o maquinário e maior nível de atenção no caso dos fornos. Entretanto, todas tinham sua importância para o bom funcionamento da fábrica, mas a concentração era um dos requisitos principais visto que a maioria das atividades era de risco,

consideradas perigosas, principalmente de início quando se trabalhava doze horas seguidas, e se chegava a níveis altos de cansaço uma vez que a jornada era longa.

É Serviço muito perigoso ali, né. Na fábrica e na locomotiva acontecia muito (acidente) tinha gente dormindo na estrada, quantas vezes o nêgo cortava a perna, matava, eu procurava dormir o máximo durante o dia, porque a noite tem que ficar ativo... (...) Os silos sempre vai enchendo de cimento né? Então, cada temporada ia um cara e limpava. Começava de cima prá baixo pra ficar limpinho de novo. Então, um dia foi um rapaz lá e diz que queria acabar logo e ele começou de baixo, né?! Então ele começou a cutucar, cutucar, desceu tudo, levou ele, levou tudo. Saiu todo queimado...Às vezes acontecia muito desastre.”

Sr. Nestor (SÃO PAULO, 1992, p.114)

O trabalho era controlado por meio dos encarregados, e atos de infração como atrasos, indisciplinas e embriaguez, recebiam suspensões de maneira que a primeira equivalia a três dias na segunda seriam oito dias, até o limite de trinta dias seguidos de demissão.

1.2.3 Vida Social

A vivência entre os trabalhadores na fábrica se dava em pequenos momentos, uma vez que o trabalho exigia muita atenção e o encarregado fazia vistas grossas, a pausa para o almoço era uma oportunidade para o descanso e trocas entre os operários, a maioria deles aguardava nas proximidades da fábrica o almoço que seria levado pelos filhos.

Na lembrança dos primeiros moradores do bairro permanecem fortes os momentos vividos na Vila Triângulo, mesmo aqueles que não moraram na Vila fazem referência a ela como um local de convivência entre os trabalhadores, onde os “vínculos afetivos” a floravam:

“(…) *naquele tempo era bom, era como se fosse uma família só, muito unidos, a gente vivia muito bem lá.*” D. *Sílvia Cruz*, (SÃO PAULO, 1992, p.110).

“(…) *lugar muito bom de morar. Tinha de tudo.*” D. *Noêmia* (SÃO PAULO, 1992, p.110).

“ *A vida era muito melhor porque a gente tinha liberdade, porta aberta, roupa no varal á noite, horta sem ninguém pegar.*” D. *Zenaide* (SÃO PAULO, 1992, p.112).

Se na fábrica o trabalho era intenso e as vezes perigoso, fora dela a vida era bem mais leve e divertida, os momentos de lazer e cultura refletiam companheirismo e cumplicidade, as famílias se divertiam com o Clube Esportivo Portland, o Cinema e o Salão da fábrica o Caramanchão. No entanto, a sede do Portland teve uma maior expressão na vida dos operários, era lá que aconteciam as atividades de lazer organizadas pelos trabalhadores: reuniões, jogos de baralho, bocha, ping-pong e diversos bailes, o calendário de bailes iniciava no carnaval:

“(…) *depois vinha o baile de sábado de aleluia, o dia 13 de maio era um espetáculo! (…)* Depois vinham às festas juninas, em julho era o aniversário do clube, faziam em setembro o baile de primavera, depois vinha o baile da passagem de ano.” D. *Zenai-*

de (SÃO PAULO, 1992, p.112).

“*havia um campo de futebol maravilhoso que era um lazer pro pessoal, tanto para as mulheres que vinham assistir quanto para os homens que vinham se distrair. Tínhamos o cinema (…). Depois foi decaindo, decaindo...*” D. *Zenaide* (SÃO PAULO, 1992, p.112).

Os momentos de harmonia são constantes na memória e muitas vezes associados ao Clube Portland, mas era da fábrica também que surgia o maior vilão das famílias, o pó do cimento, se espalhava por todo bairro, formando crosta nos telhados caía frequentemente sobre o quintal e sobre as plantações.

“*Aquele tempo não podia plantar nada não. Se plantava, de um dia pro outro você olhava assim pros pés de couve e aquilo tava só o pó. (…)* Ao passo que a gente estava até acostumado com aquilo. Acho que não fazia mal não, ou já se nascia naquele ambiente acho que o pulmão já ficava outro” D. *Noêmia* (SÃO PAULO, 1992, p.113).

“*O pó incomodava, pegava na vista e pra respirar*” Sr. *Nestor Rocha* (SÃO PAULO, 1992, p. 113).

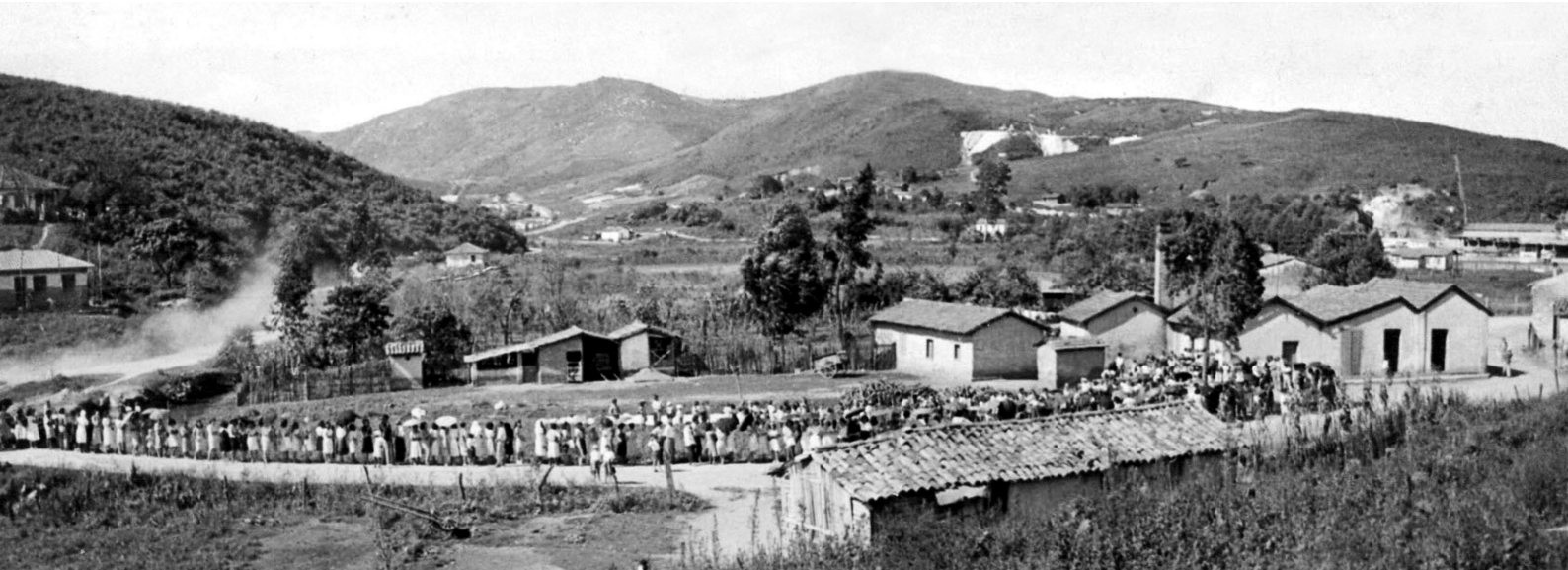


Figura16: Fila para comprar pão

Fonte: Acervo Reynaldo Cherubini



Figura 17: Vista para o Caramanchão, lugar de passeio

Fonte: Livro, Perus o Bairro dos Minérios



Figura 18: Saída do Cinema
Fonte: Acervo Nelson Camargo



Figura 19: Mercadinho de Perus ao Fundo
Fonte: Acervo Nelson Camargo



Figura 20: Procissão
Fonte: Acervo Nelson camargo



Figura 21: Procissão
Fonte: Acervo Reynaldo Cherubini

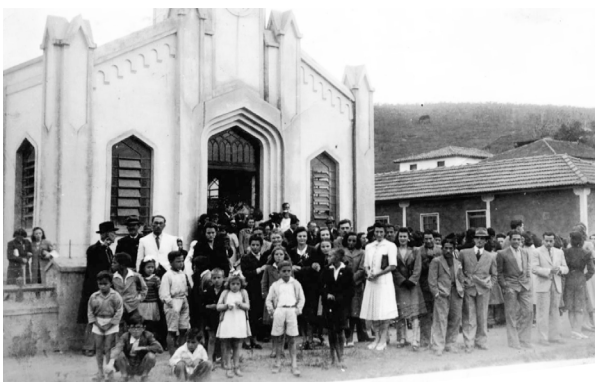


Figura 22: Frente Igreja Presbiteriana
Fonte: Acervo Nelson camargo



Figura 23: Futebol no campo do Portland Perus
Fonte: Acervo Nelson camargo



Figura 24: Grupo Escolar
Fonte: Acervo Sr. Carlos da Rocha Teixeira



Figura 25: Futebol no campo do Portland Perus
Fonte: Acervo Nelson camargo

1.2.4 A Mudança de Gestão e os Anos de Greve. Surgem os Queixadas

Tamanha união seria necessária no decorrer dos próximos anos. Ocorre que a Perus enfrentaria sua a ascensão e queda entre as décadas de 50 a 80. Em meados da década de 50 José João Abdalla ou J.J. Abdalla até então Secretário do Trabalho no governo de Ademar de Barros, também dono de um vasto patrimônio agropecuário, bancário e industrial, adquire em 1951 a fábrica de cimento a ferrovia, as pedreiras e cerca de 60 por cento das terras que compõem hoje a cidade Cajamar além do Sítio Santa Fé, se aproxima de Perus (SIQUEIRA, 2001)

Suas intenções logo se tornaram claras, a única e exclusiva maximização dos lucros. Para tanto J.J. Abdalla mais conhecido como “mau patrão” (alcunha atribuída pelo Jornal O Estado de São Paulo), tomou algumas providências para que seus lucros fossem elevados. Tais medidas incluíam: não reposição de peças e consequente falta de manutenção nas máquinas, retirada dos equipamentos que filtravam parte da poluição e a demissão dos operários detentores desta e de outras funções a fim de reduzir a folha de pagamento.

Contudo a capacidade instalada da Perus foi por volta de 300.000t no ano de 1954, a ampliação da produção fez parte de um projeto da administração canadense sendo concluído na gestão seguinte. No entanto, nas décadas de 60 a produção sofreu duas baixas e entre 68 e 75 a pro-

dução retrocedeu ao patamar de 1950. Surgiam os primeiros impactos decorrentes das medidas adotadas por J.J. Abdalla. (SIQUEIRA, 2001).

Abdalla teve de enfrentar além das baixas constantes na produção, as várias greves em decorrência de sua administração e trato com os funcionários, recorrentes não apenas na Perus mas também nas demais empresas do grupo Abdalla. Tais acontecimentos abriram caminho para formação sindical em Perus em meados de 1954. Baseados na “Não Violência”. João Breno operário na fábrica era o presidente e Mario Carvalho de Jesus advogado do sindicato.

Em 1958 eclode a primeira greve, em outubro daquele ano os salários deveriam receber reajustes, as outras quatro fábricas que havia no estado fizeram acordo de 30%. Entretanto, na CBCPP os trabalhadores tomaram conhecimento que o cimento ali fabricado teria alta de sete vezes além do necessário. Sendo assim solicitaram dissídio de 40%, os 30% seriam aceitos caso o aumento das sacas de cimento fosse da ordem de 1/7 avos.

Sem acordo os operários decidiram pela greve e a decisão foi levada a juízo, após trinta e cinco dias o tribunal Regional do Trabalho julgou o caso com uma votação divergente. O processo seguiu para segundo julgamento no TRT do Rio de Janeiro,

os operários esperançosos, decidiram aguardar para tanto deram prosseguimento na greve.

Após tal decisão em uma das Assembleias surgiu à denominação “Queixadas”: nome atribuído ao grupo de operários, devido a sua froma de articulação.

“- Vocês parecem Queixadas

Alguém aparteou:

- Que é queixada?

- É o único bicho que, quando se sente em perigo, se une em grupo, em manada, bate o queixo- daí o nome queixada-, enfrenta a onça ou o caçador; este tem de se esconder numa árvore, porque corre o risco de ser estraçalhado. Vocês estão dan-

do um exemplo de unidade, semelhante ao queixada. ‘Queixada’ que enfrenta o tubarão’ ” (JESUS org. 1992)

O fim da greve se deu em 29 de outubro daquele mesmo ano por mediação de D. Vicente Zioni bispo auxiliar do Cardeal Motta e do vereador Monteiro de Carvalho. Os operários celebraram o reajuste de 40%, retorno ao trabalho além de que receberiam pelos dias de greve.

O período de 59 ao início de 62 foi marcado por reivindicações como: salário família, prêmio produção e o fundo da casa própria, além da participação do sindicato na admissão ou demissão de funcionários, isso porque a administração da fábrica decidiu em 1959 demitir 80 funcionários que completariam dez anos de empresa alcançando a estabilidade. Todas as reivindicações foram acei-

tas e os trabalhadores demitidos deveriam voltar ao trabalho.

Em 1962 o descontentamento era tamanho, na CBCPP os benefícios reivindicados em 1959 não estavam sendo concedidos e os salários estavam atrasando, a Perus e outras quatro fabricas também descontentes com o gestor, decidiram enviar um ofício a fim de serem ouvidos. Sem resposta, os Sindicatos das quatro empresas voltaram a contatar o empregador e caso não fossem ouvidos, desta vez recorreriam à greve.

No dia 14 de maio de 1962 cerca de 3500 trabalhadores paralisaram em comum acordo, a greve só terminaria quando as reivindicações de todas as categorias fossem atendidas. Formaram-se quatro processos administrativos na Delegacia Regional do Trabalho. Aos 32 dias corridos da greve, três fábricas alegando não ter condições de permanecer em greve firmaram acordo e retornaram ao trabalho, este não contemplava a CBCPP.

A Perus seguiu sozinha com o processo, no entanto contava com o apoio de grande parte da população e de algumas autoridades públicas e religiosas. Tal apoio foi conquistado devido a sua

forma de luta a “Firmeza Permanente”, que consistia em não usar de violência contra o homem.

A greve seguiu pacificamente até o centésimo dia quando a policia começou reprimir os operários e suas famílias além de uma ocupação militar em Perus e Cajamar. Em agosto daquele ano foi organizada uma operação para furar a greve. Com operários vindos de outras fábricas e outro tanto recém-contratado, a fábrica voltara a funcionar. A ordem de 10% dos operários grevistas, diante das dificuldades que a greve lhes impunha, voltou ao trabalho, o que lhe rendeu a denominação de “pelegos” por parte dos “queixadas” que continuaram em greve. (JESUS org. 1992).

Abdalla usou de várias artimanhas para forçar o restante do grupo a render-se; recomendou aos comerciantes locais que não vendessem aos operários em greve e cortou a luz de cerca de 200 residências, posteriormente tendo que ser religada por determinação judicial.

Em janeiro de 1969 trezentos e nove operários estáveis (com mais de dez anos de serviço) voltaram ao trabalho em virtude do processo ganho no Tribunal Superior do Trabalho outros setecentos foram impedidos, pois não tinham alcançado a



Figura 26: Famílias em Passeata pelos direitos dos operários
Fonte: Acervo Sindicato do Cimento Perus

estabilidade, O grupo Abdalla foi obrigado a pagar o salário dos sete anos de greve, retroativo desde 1962 aos estáveis.

Com o fim da greve em 1969 e a vitória parcial nos tribunais, os operários se empenharam em alcançar a conquista da autogestão da Indústria. Para tanto deram prosseguimento em 501 processos, denunciando atos fraudulentos e corruptos na CBCPP contra o estado e os operários. Em 1973 a justiça do trabalho ordenou a penhora da produção como garantia para os salários atrasados. No mesmo ano a Presidência da Republica confisca a fábrica e decreta falência, no entanto, a produção ainda dependia de Abdalla para fabricar o cimento, pois a pedra era comprada do grupo uma vez que o confisco foi parcial. (São Paulo, 1992).

Em 1974 inicia-se o governo Geisel, os trabalhadores enviam ao mesmo um abaixo-assinado com todas as reivindicações, entre elas a solicitação de efetivação do confisco da fábrica e das pedreiras em Cajamar, naquele mesmo ano o Presidente efetivou o confisco e a União pagou os salários atrasados pouco mais de dezoito milhões.

Sete anos após o confisco o Governo colocou a empresa em “hasta Pública” a fim de se ressarcir, como manobra para baixar o valor requerido pelo governo a iniciativa privada não participou de

inicio do leilão, pouco depois na década de 80 o grupo Abdalla em sociedade com Sérgio Stéfano Chohfi arremata através de única oferta a Fábrica e as pedreiras da Socal em Cajamar. (São Paulo, 1992).

Já em 1983 o grupo fecha as pedreiras de Cajamar e dispensa por volta de 168 trabalhadores, a Perus passa a depender do fornecimento de clínquer da empresa Santa Rita (futuramente Votorantim) que suspendeu fornecimento em 84 alegando falta de pagamento, na época o sindicato prosseguia em denunciar o Cartel do Cimento.

Houveram diversas paralisações no decorrer dos anos, até que em 1986 a fábrica parou, novamente por falta de matéria prima, a Votoran havia suspendido o clínquer, os trabalhadores reiteravam o pedido de equiparação salarial ao que vinha sendo pago na Votoran e a autogestão, a fábrica continuou funcionando de maneira precária e capacidade limitada até 1987, quando se deu sua interrupção definitiva.

Em 1987 o Governador do estado Franco Montoro tomba a Estrada de ferro Perus Pirapora através do CONDEPHAAT, os operários “antigos e novos” em um ato de solidariedade juntara-se em favor da preservação também do Conjunto Fabril e suas dependências, as vilas operarias e o eucaliptal cerca de 23 alqueires e 16.770m² de área construída.



Figura 27: Piquete dos operários no centro da cidade
Fonte: Rede Brasil Atual

1.3 Preservação

Em meados de 89 Marilena Chauí secretaria municipal da cultura na ocasião, já havia iniciado petição de tombamento em favor da CBCPP, no entanto, em 91 os operários ampliaram o pedido a prefeita Luiza Erundina, solicitando que as vilas operárias e o eucaliptal fossem também incluídos no processo. Em 1992 o CONPRESP através da resolução N°27/92 declara de patrimônio histórico e social a área onde se localiza a Companhia de Cimento Portland Perus, na quadra 007, setor 187 em Perus.

1.3.1 Tombamento 1992

A prefeitura de São Paulo por meio da secretaria da Cultura e do CONPRESP decide em outubro de 1992 pelo Tombamento não apenas da Fábrica de Cimento, mas de todo o conjunto construído que deu início ao bairro. Em reconhecimento ao bem intangível à memória coletiva, forma de luta e organização dos trabalhadores enquanto operários e habitantes, influenciando diretamente na produção do espaço, preservou-se também:

- Conjunto de edifícios, equipamentos e instalações da área de produção da antiga fábrica, a área da CBCPP e o edifício localizado à Rua Padre Manuel Campello no 182 a sede do Sindicato

- Residências operárias da Vila Triângulo
- Residências de operárias da Vila Portland ou Vila Nova
- Residências de operárias da Vila Fábrica;
- Conjunto de residências da antiga administração e assistência médica;
- Traçado dos caminhos no s 1 a 14 e das ruas Joaquim de Araújo Leite, Joaquim de Carmelo e Ilha Três Irmãos;
- Traçado atual do Córrego Ajuá.

Foram estabelecidos três níveis de preservação, NP1 refere-se à preservação integral dos edifícios, em NP2 preserva-se apenas características arquitetônicas externas dos edifícios, NP3 também refere-se a características externas quanto ao ritmo de vãos, proporções, inclinações de cobertura e material. Quanto às diretrizes projetuais são admitidos acréscimos e reutilização da área sem, contudo, descaracterizar o conjunto ou obstruir a visão do mesmo, além de definição de faixa envoltória de vinte metros. (SÃO PAULO, 1992)

Contudo, passados vinte três anos das medidas aprovadas pelo órgão municipal do patrimônio, o conjunto que continua subutilizado, recebeu efe-

tivamente duas propostas para sua reconversão ambas contemplando em maior grau o aspecto comercial, com a implantação de lojas, cinemas, mercado, restaurante e até mesmo shopping. Até o presente momento nada foi decidido quanto ao destino do complexo fabril, enquanto isso o mes-

mo continua sofrendo constantes mutilações por parte de vândalos e ações provocadas por intempéries.

A revisão do tombamento se deu por solicitação da empresa FAJA Desenvolvimento Urbano

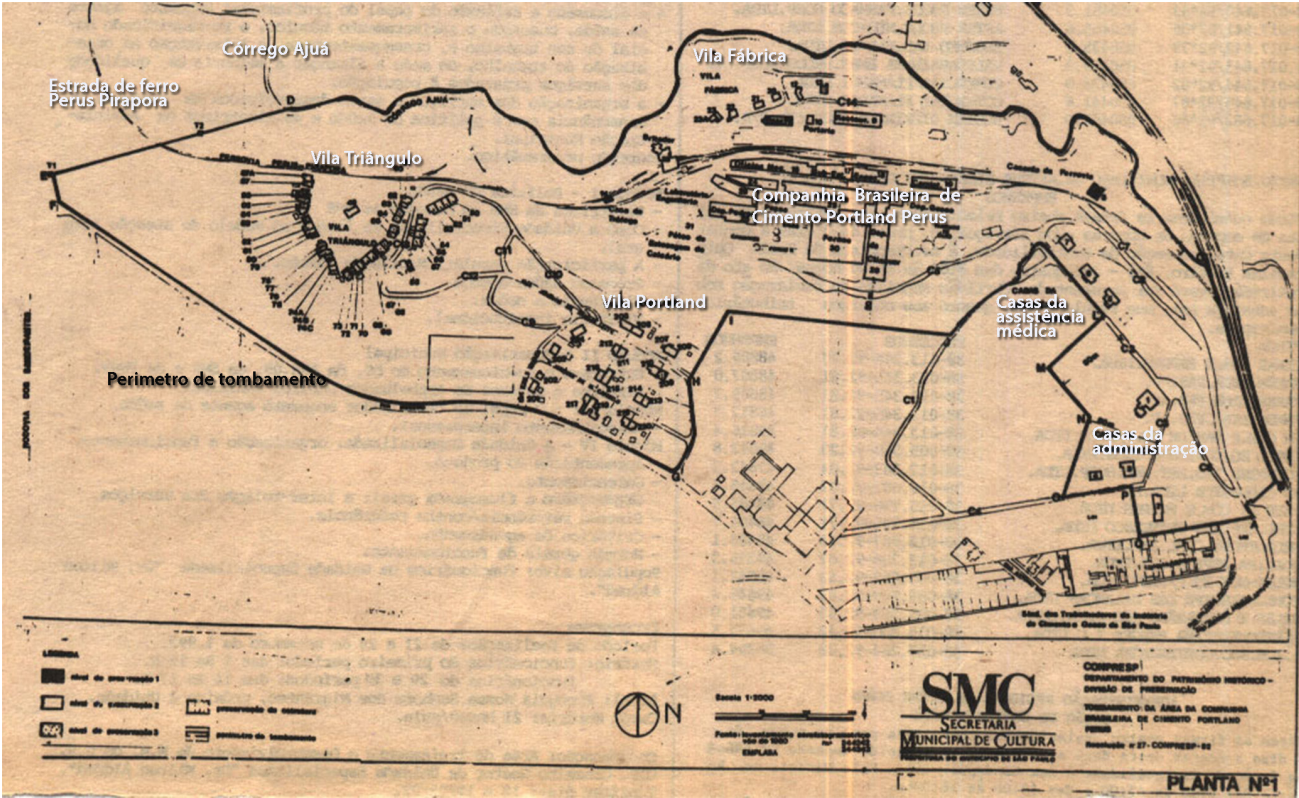


Figura 28: Palnta de Tombamento, Fábrica e das Vila operárias
Fonte: DPH

1.3.2 Revisão de Tombamento 2004

Ltda., que na ocasião o fazia em parceria com o escritório Ruy Ohtake Arquitetura e Urbanismo, propondo implantação de novos usos nos edifícios da área de produção e um parcelamento do solo nas áreas adjacentes.

A empresa em questão desenvolveu e apresentou ao órgão de tombamento um conjunto de diretrizes gerais a serem aplicadas na área de interesse. Em linhas gerais tratava-se inicialmente de preservar alguns elementos tidos como principais, definir parcelamento do solo e desenvolver acessibilidade:

- Preservar os edifícios da área de produção e estabelecer novos usos;
- Preservar a capela situada na Vila Triângulo;
- Substituição das casas da Vila por área verde, mantendo-se o formato do triângulo;
- Novo eixo de acesso paralelo à linha férrea;
- Tratamento paisagístico do córrego Ajuá;
- Parcelamento do solo em duas zonas mistas (ZM). ZM1 até 15m de altura e ZM2 até 25m.

Ressaltando a importância do conjunto e de sua imediata revitalização o CONPRESP, se mostrou favorável à revisão do processo. Foram estabelecidos, novo perímetro de tombamento (figura x), dois níveis de preservação, o primeiro NP1, refere-se a preservação integral dos edifícios, no segundo NP2, preserva-se apenas características arquitetônicas externas. Desta forma continuaram a ser preservados:

- Fábrica e áreas anexas: edifícios, equipamentos e instalações correspondentes ao processo de fabricação do cimento.
- Residências operárias da Vila Triângulo e a Capela São José
- Edifício do Sindicato
- Área das instalações e acervo da Estrada de ferro Perus Pirapora, incluindo o casarão da ferrovia e a casa de tráfego.

Quanto às diretrizes para projetos posteriores a revisão, admite-se pequenos ajustes, acréscimos e obras de revitalização, com a condição de que devem preceder de prospecção arqueológica levantamentos plani-altimétricos e aprovação junto aos órgãos de preservação (CONPRESP e DPH), além do que, devem harmonizar e valorizar com o ambiente construído, sobretudo a visualização dos elementos referenciais, tidos como o Forno

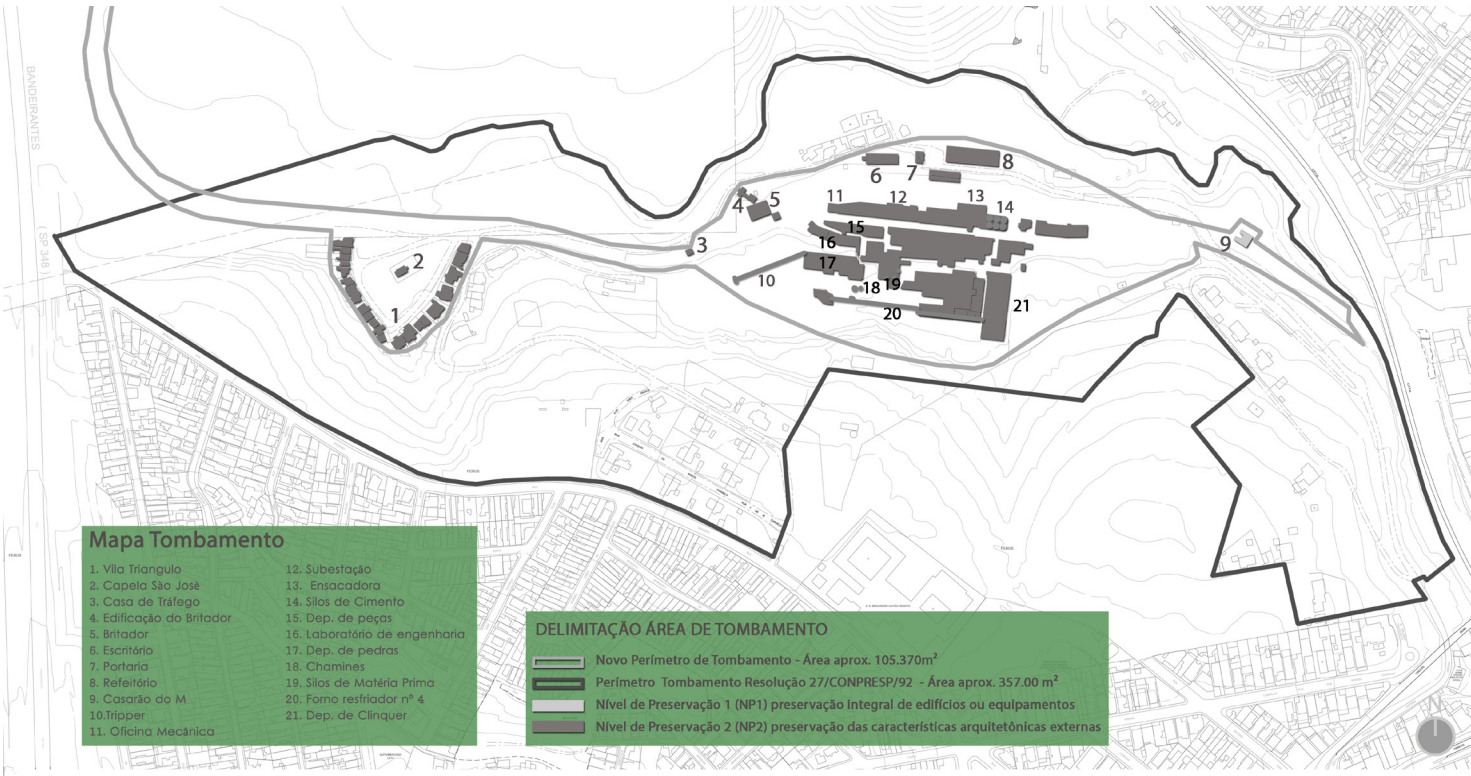


Figura 29: Montagem, área de tombamento novo e antigo, denominação das edificações
Fonte: Mapa digital da cidade + mapa de Tombamento do COMPRES

CAPÍTULO 2

Desdobramentos do
território

2.0 Características do Território: inserção

Como foi visto no primeiro capítulo, o bairro de Perus teve seu crescimento alavancado primeiro com a chegada da estação no século XIX, logo depois já no século XX com exploração dos minérios (Cálcario, Caulim e feldspato) e a implantação da Fábrica de Cimento. O bairro foi parte de Freguesia de Nossa Senhora do Ó até o ano 1934, quando passou a figurar como um dos Distritos da cidade de São Paulo, com aproximadamente 3504 habitantes.

A Estação de Trem e a Fábrica de Cimento foram dois elementos importantes que desencadearam o desenvolvimento do bairro, o primeiro colocou Perus no contexto Urbano da cidade ao torná-lo acessível, o segundo marcou o início da industrialização no bairro e incentivou o processo de migração e imigração que continuou mesmo após o fechamento da mesma.

Com isso, a comunidade que antes era de hábitos rurais, passou a se modificar em virtude das novas configurações de trabalho, que interferem diretamente na organização da vida familiar. Por volta da década de 60/70, o bairro já não comportava toda a mão de obra local, os trabalhadores iam à busca de emprego em outros bairros da capital, com o agravante das greves na Fábrica de Cimento a situação foi piorando.

Atualmente Perus está inserido na Subprefeitura de mesmo nome que também abrange o distrito vizinho o Anhanguera, os dois distritos estão separados por uma área de Preservação ambiental, o parque Anhanguera, maior parque municipal da capital, considerado “zona de amortecimento e conectividade entre o Parque Estadual do Jaraguá e o Parque Estadual da Cantareira”, fator que delimitou a expansão dos dois bairros.

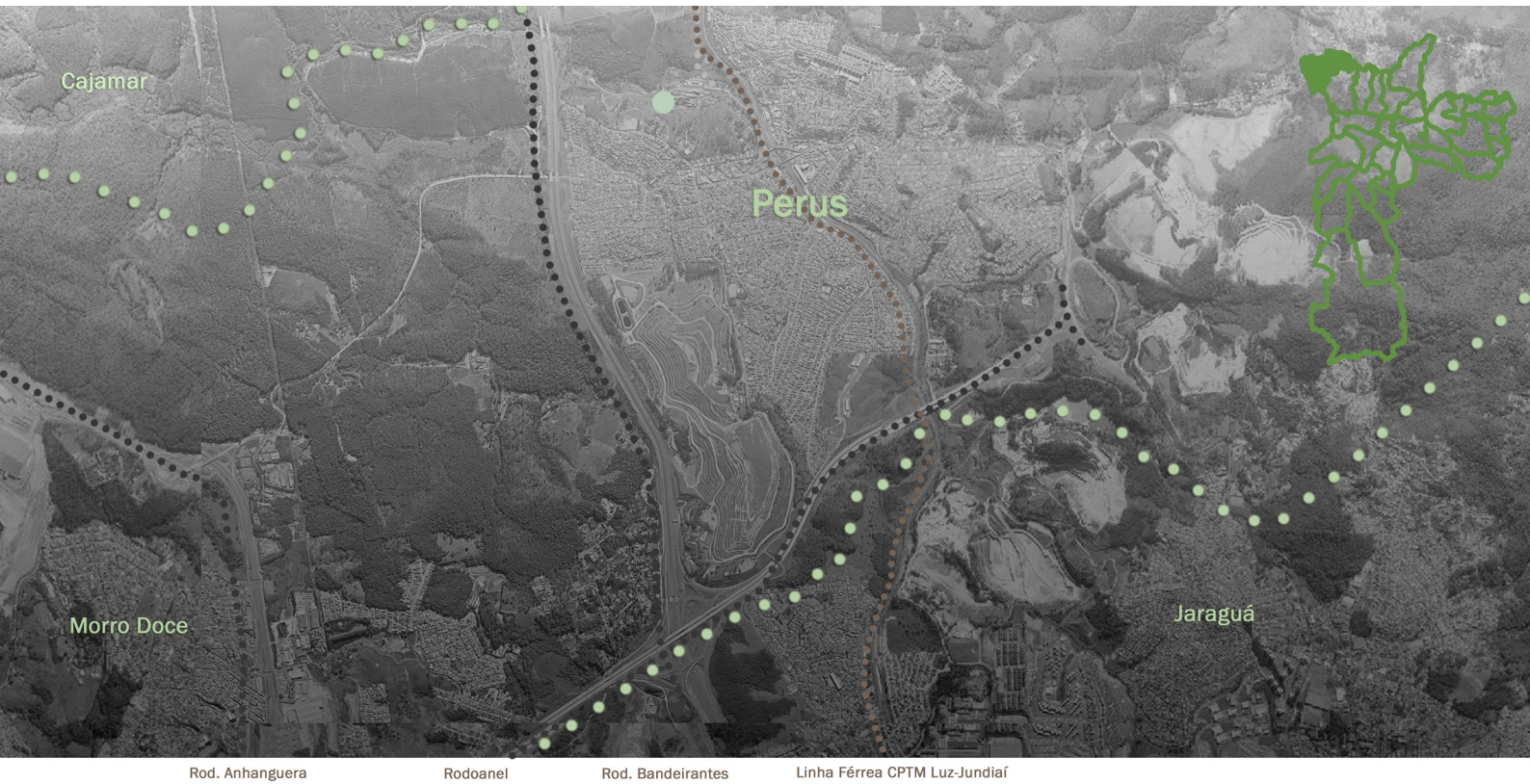


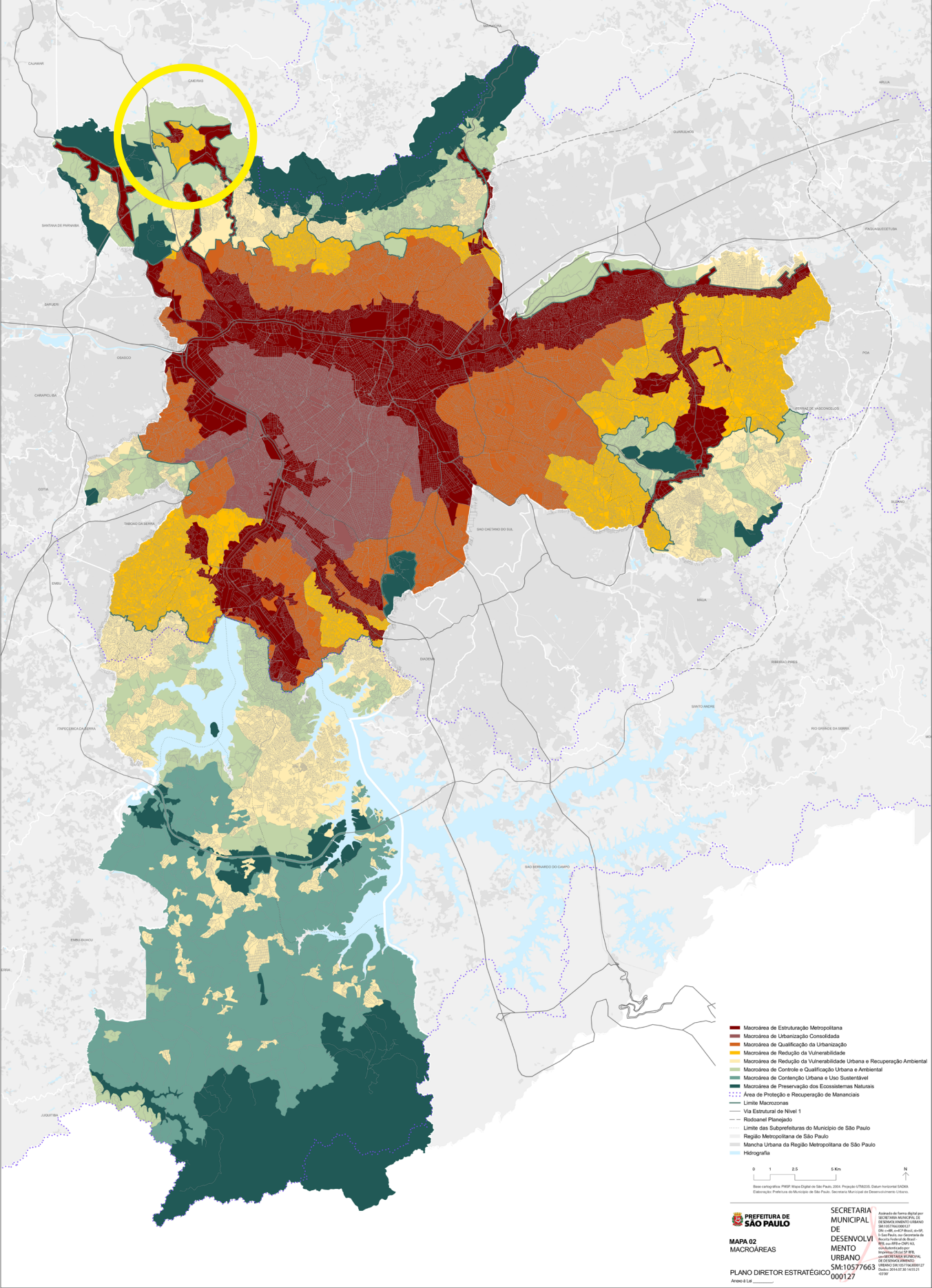
Figura 30: localização de Perus bairros adjacencias e acessibilidade
Fonte: Montagem autora á partir da foto do Google Street View

Ultimo distrito a noroeste da capital paulista, Perus possui cerca de 90 mil habitantes de acordo com o censo de 2010 em uma área de 23,9km², sua densidade¹ está em torno de 3.55 hab/km². O distrito faz divisa a norte e a leste com a cidade de Caieiras, a sul com o distrito de Jaraguá e a oeste com Anhanguera e as cidades de Cajamar e Santana de Parnaíba. Distando cerca de 30km do marco zero da cidade de São Paulo, a Praça da Sé, possui fácil acesso seja pelo transporte publico através das linhas de ônibus e do trem pela linha 7 Rubi ou ainda através das Rodovias que permeiam o distrito, são elas: Anhanguera, Bandeirantes e o trecho oeste do Rodoanel Mário Covas.

O distrito tem características corriqueiras de áreas periféricas, a baixa qualidade de vida e a falta de infraestrutura apontam o desenvolvimento tardio, em que a moradia chega antes mesmo do saneamento básico e todo tipo de recurso e auxilio público demora a surgir e na maioria dos casos só ocorre com alguma mobilização popular. Apesar de boa parcela do território urbanizado já estar consolidada existem ainda bairros em processo desenvolvimento, diga-se especialmente no setor sul e oeste.

Em consequência disto, vê-se no Plano Diretor Estratégico atual aproximadamente oitenta por cento da faixa urbanizada do bairro classificada como: Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana, ou seja, possui “elevado índice de áreas precárias, irregulares e de risco, com baixa oferta de infraestrutura e equipamentos e com predominância de população de baixa renda” (PDE-Municipal, 2014). Os outros vinte por cento da área urbanizada é classificada como Macroárea de Estruturação Metropolitana, abrange a parte central do bairro onde se articulam o comercio principal, a estação de trem e o eixo viário principal.

Figura 31: Macrozoneamento
Fonte: SMDU



Além da CBCPP, o bairro abrigava inicialmente, empresas de pólvora e mineração, a atividade comercial era restrita a pequenos armazéns de alimento e tecido. De todas estas atividades restaram apenas às mineradoras, pedreiras que permeiam o bairro na divisa com o distrito de Jaraguá, as rochas implodidas são avistadas ao longe, ocupam grandes áreas, não empregam na mesma proporção e deixam enormes vazios residuais.

E se antes o bairro tinha uma concentração interna residindo e trabalhando em suas imediações, sobretudo os operários da indústria cimenteira, que bem articulados e em conjunto moviam-se na busca pela implementação dos direitos trabalhistas em favor da melhoria de vida, o “proletariado fabril” Além disso, estes operários e suas famílias movimentavam toda uma forma de vida no bairro como foi visto no primeiro capítulo.

Esta figuração começa a se transformar em meados dos anos 1960 quando do início dos primeiros deslocamentos a trabalho rumo a Lapa, Bom Retiro e Brás. O bairro então entra em um período de transição, até que em meados dos anos 1990 o perfil de “trabalhador urbano” é o que melhor descreve o novo cenário onde tal figura não está mais fixada no seu entorno

imediato, exercendo suas principais atividades. Harvey (2014) lembra que este é um tipo de classe com muitas especificidades (“fragmentada, intinerante e múltipla em suas aspirações e necessidades”) diferente dos operários fabris “solidamente implantado”.

O bairro hoje dispõe de poucos postos de trabalho, que estão concentrados nos setores de serviços e comércio local (lojas do varejo, supermercados, bancos). Entretanto, se faz notável a presença do comércio informal e também um número considerável de cooperativas de costura, tais formas de trabalho surgem como alternativa para a geração ou complementação da renda, os chamados “bicos” (trabalho temporário sem vínculo empregatício).

Feltran (2011) em seus estudos sobre a periferia paulistana, conclui que, a “reestruturação produtiva” que se deu a partir de meados dos anos 1980 teve impacto, sobretudo, nas periferias da cidade, provocando transformações na organização familiar e tencionando outras áreas, a exemplo religião, consumo e representação política. A conjuntura do bairro no final da década de oitenta, era de fechamento da indústria processo de migração e emergência dos movimentos em torno do bem cultural. A reestruturação

Figura 32: Vista Vila Hungareza
Fonte: Regional News



produtiva se faz importante ao passo em que alterou as condições de trabalho independente de a indústria estar ou não ali instalada importa, sobretudo, suas consequências diante de toda uma classe representativa.

Em depoimento o Sr Bolela que trabalhou na Cimento Perus conta como se deu o Fechamento da Cimento Perus que inicialmente sofreu um processo de sucateamento de seus maquinários, até o momento em que começou a comprar matéria prima pronta ao invés de extrai-las, foi o que aconteceu com o Clínquer que passou a ser comprado da Cimento Santa Rita que por vezes suspendeu o fornecimento, até que a fábrica não tinha mais condições de fabricar por conta e teve que fechar.

“[...] foi feito aquele acordo com o Emilio de Moraes da Santa Rita, de trazer o Clínquer e ai eles começaram a trazer clínquer caminhões dia e noite [...] a Perus desativou os fornos dela, dois ou três fornos né, desativou, eai começaram a cortar os fornos, vender tudo p/ ferro velho [...] chegou um ponto em que a fábrica não tinha mais condições de produzir

mais cimento, aí foi que o Emilio de Moraes entrou p querer comprar a Fábrica [...] Quando parou a fábrica aqui o Emilio de Moraes chamou a gente pra trabalhar na Votorantim Ceasa, [...] aqui eu ganhava vamos dizer oito mil reais por mês [...] chamaram p trabalhar lá, porque estavam precisando, pra carregar em vez de 17 mil sacos 42/43 mil sacos pra pagar novecentos reais[...] falei não, até venho trabalhar, mas vocês vão me pagar por esta tabela (tabela honorários da CB-CPP) ai o cara falou: não, veja bem se você quiser trabalhar aqui você vai ganhar isso [...] falei você ta doido carregar 43 mil sacos, tava acostumado rancava o couro, tavam se acabando lá, chegava no fim do mês ganhava dez vezes menos do que aqui no cimento carregando muito mais, só que lá disse que era uma máquina automática né, não controlava a máquina só carregava.”

(Sr. Bolela operário da Cimento Perus, Workshop Universidade Livre, 06/09/2014)

Para Telles (2011) tal reestruturação acarretou além do desemprego a “precarização do trabalho e redefinição dos mercados urbanos de trabalho”, pode-se dizer então que, com o desaparecimento quase que total das indústrias na cidade as pessoas passaram a se aventurar em

atividades alternadas de trabalho informal, formal e algumas vezes ilícitas, tal transitoriedade é descrita pela autora como “bazar metropolitano”, implicações estas da busca pela sobrevivência.

Perus pode ser considerado hoje um bairro dormitório, pois a maior parte dos moradores deslocam-se diariamente para o trabalho fora do distrito, o movimento pendular se dá em dois sentidos. O primeiro deles em direção ao centro, onde a maioria trabalha nos setores de comércio e serviços. O meio de transporte mais utilizado e eficiente para tal deslocamento é o trem, a estação Perus está situada no eixo da linha sete Rubi da CPTM. Como consequência disto vê-se a superlotação do transporte, sobretudo nos horários de “pico”, haja vista que o eixo da linha sete Rubi que vai das estações ,Francisco Morato até a Luz é constituída de bairros dormitórios pelo menos até o bairro da lapa onde inicia-se o processo de esvaziamento do transporte público.

Além do centro a população desloca-se diariamente também em direção à via Anhanguera nos sentidos: centro e interior, rumo às cidades de Cajamar e Santana de Parnaíba ocorre que nestas cidades e ao longo da rodovia Anhanguera estão instaladas algumas indústrias e numerosos centros de armazenamento e distribuição, que empregam a população local (Jaguá, Anhanguera e Perus) Neste caso utiliza-se

do ônibus como modal principal, pois é o único meio de transporte público de acesso, além disto, muitas empresas realizam o fretamento dos funcionários.

Reclamações do tipo: gasta-se mais energia como os deslocamentos do que com as próprias atividades são narrativas recorrentes dos trabalhadores, tanto é que da explosão de reivindicações na sessão Câmara no Bairro em agosto de 2015 que se deu no CEU Perus, a questão do trabalho próximo a residência foi por vezes citado. Há de se dizer que os moradores superlotaram um auditório de 450 lugares, Movimentos de moradia, lideranças comerciais e culturais para destacar alguns dos representantes, tiveram a oportunidade de expor aos governantes suas principais petições.

Dentre as quais a criação de uma área industrial no bairro foi defendida por diversos munícipes que alegaram a necessidade de geração de emprego no bairro em detrimento da superlotação do sistema de transporte e dos deslocamentos degradantes. Um dos relatos solicitou inclusive a ida do CEAGESP para o bairro. Destacam-se ainda falas maciçamente replicadas sobre a regularização fundiária, alteração no zoneamento estabelecendo zonas mistas e industriais e a necessidade de equipamentos de infraestrutura de saúde, educação e cultura. (notas da Sessão Câmara no Bairro 08/08/2015)

Atualmente o bairro tem passado por grandes

transformações, viu-se nos últimos anos a instauração de grandes lojas, sobretudo as que ofertam varejo de móveis, também é considerável a quantidade de agências bancárias que vem sendo inauguradas e em fase de construção, as famosas redes de fast food encontraram um novo nicho de mercado no bairro da periferia. Em consequência disto percebe-se que o comércio começa a avançar sobre áreas residências, sobretudo nos bairros de Vila Inácio e Vila Perus, alterando sua dinâmica residencial.

Diante de tantas modificações nota-se que permaneceram vivas as memórias relacionadas a Fábrica de Cimento e em especial as que dizem respeito aos Queixadas. As reivindicações operárias da Cimento Perus serviram de exemplo na própria comunidade, primeiro contra o pó do Cimento, quando a Fábrica ainda funcionava e anos mais tarde na luta contra os poluentes do lixão que depois tornou-se Aterro Sanitário e hoje encontra-se desativado.

Foi uma escola muito boa aqui na Perus que aí a gente tomou consciência dos direitos que a gente tinha e tudo, então começamos a brigar por transporte por saúde [...] eu acompanhei o MST ocupando área [...] nós paramos Perus por causa do lixão duas vezes, uma vez foi por causa do lixão, a segunda vez foi porque eles queriam colocar incinerador lá no Pq. Anhanguera, então nós para-

2.1 Lazer Educação e Cultura Equipamentos públicos e Iniciativas Sociais

mos Perus, [...] 1995 eu lembro que foi uma, eu saí de casa às 3 da manhã, tinha mais ou menos uns cinquenta companheiros p/ segurar o trânsito tudo né e depois aguentar a policia jogando gás de pimenta em cima da gente [...] nós fechamos todas, todas as entradas de Perus foram fechadas.[...] questão de honra né ou nós somos gente que que nós somos?!

(Tião, funcionário da CBCPP, entrevista concedida em 05/08/2015)

Mas não parou por aí, em meados dos anos 2000 a população viu-se diante da ameaça de outro Aterro se instalar nas imediações do bairro e mais uma vez saiu em sua defesa, organizando manifestações e articulando medidas pelo bairro contra o novo depósito de lixo. (Reportagem Associação Cantareira 04/08/2013)

Ainda hoje a história não está por completo encerrada, mas o bairro que carrega um histórico de lutas tem seus agentes sempre atentos aos acontecimentos municipais e regionais a postos para salvar o bairro de medidas que considerarem indevidas e prejudiciais.



Figura 33: escrito sobre o lixão
Fonte: acervo pessoal

Perus está também no mapa de Vulnerabilidade Juvenil figura x, segundo dados do SEADE, que avaliou na ocasião do estudo, o percentual de jovens na escola, de mães adolescentes e a taxa de mortalidade por homicídio da população masculina, dentre outros fatores. Isto quer dizer que boa parte dos jovens de 14 a 19 anos (faixa etária da pesquisa), tem sua adolescência e ou juventude interrompidas de acordo com o ambiente em que vivem.

O processo de formação é abortado quando se inicia a trabalhar muito cedo, ou por uma gestação precoce ou quando do envolvimento com tráfico de drogas, estas são algumas das situações mais recorrentes que acarretam na interrupção da vida escolar. Com grande parte do bairro considerado uma Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana, espera-se a inserção de políticas públicas, equipamentos e infraestrutura urbana que revertam tal situação, pois são estas as implicações de tais áreas.

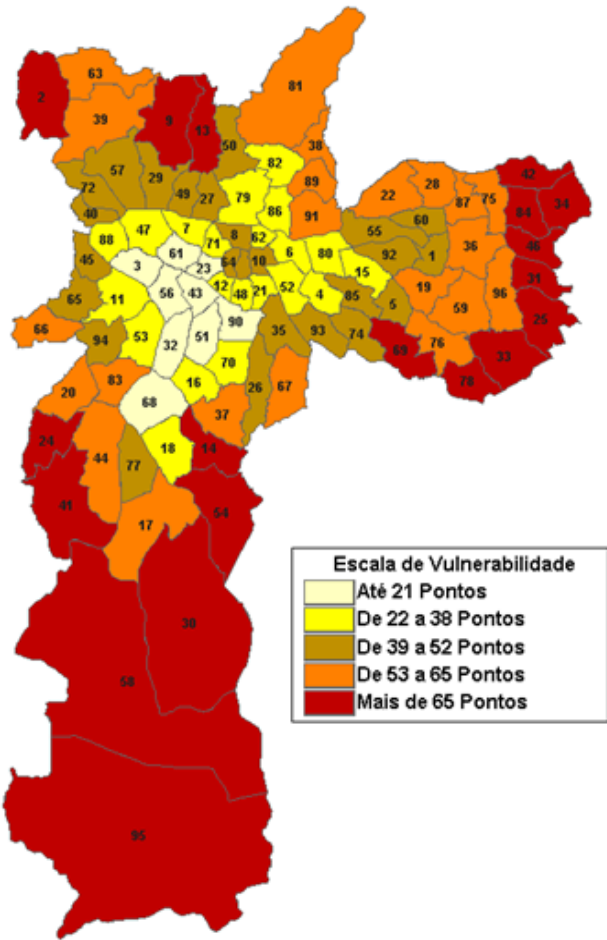


Figura 34: Índice de Vulnerabilidade juvenil
Fonte: SEADE

Além do Parque Anhanguera, principal espaço de lazer, o bairro conta também, com um Campo Desportivo Municipal (CDM), local que recebe as partidas de futebol de times locais, mais intensamente aos finais de semana. Ainda sim, Perus abriga um Centro Educacional Unificado (CEU), responsável por receber grande parte da programação cultural que acontece no bairro, a Biblioteca Padre José de Anchieta é outro equipamento funcional, recentemente o bairro também passou a abrigar uma Escola Técnica Estadual, que dispõe de cursos profissionalizantes. Existem ainda os equipamentos de infraestrutura educacional de primeira necessidade as escolas e creches.

Foram citados até aqui os equipamentos públicos responsáveis por irradiar lazer e cultura no distrito, notadamente são poucos. Entretanto quando a iniciativa pública é insuficiente, o censo de cidadania é fortalecido pela atuação das organizações não governamentais, coletivos, movimentos popular que buscam suprir através

de projetos sociais uma demanda, sobretudo de formação cultural. Em geral os projetos são iniciativas de lideranças locais ou estão ligados a alguma instituição religiosa, estes por sua vez atuam em diversas áreas e faixa etárias, são alguns exemplos a Comunidade Cultural Quilombaque, a SADIP, o CCJ Azarias, Fábrica do Conhecimento e Centro Pastoral Santa Fé.

Enquanto no centro da capital busca-se reconquistar o espaço da rua o espaço do pedestre, na periferia a postura de se apropriar dos espaços públicos também é antiga e ainda resiste em muitos lugares, volta e meia as praças são utilizadas para eventos diversos e frequentemente elas estão exercendo sua função de praça, seja para encontrar os amigos, soltar pipa, jogar bola ou ensinar a criança a dar os primeiros passos na bicicleta, alguns ainda recebem um tipo de comércio informal de produtos orgânicos.

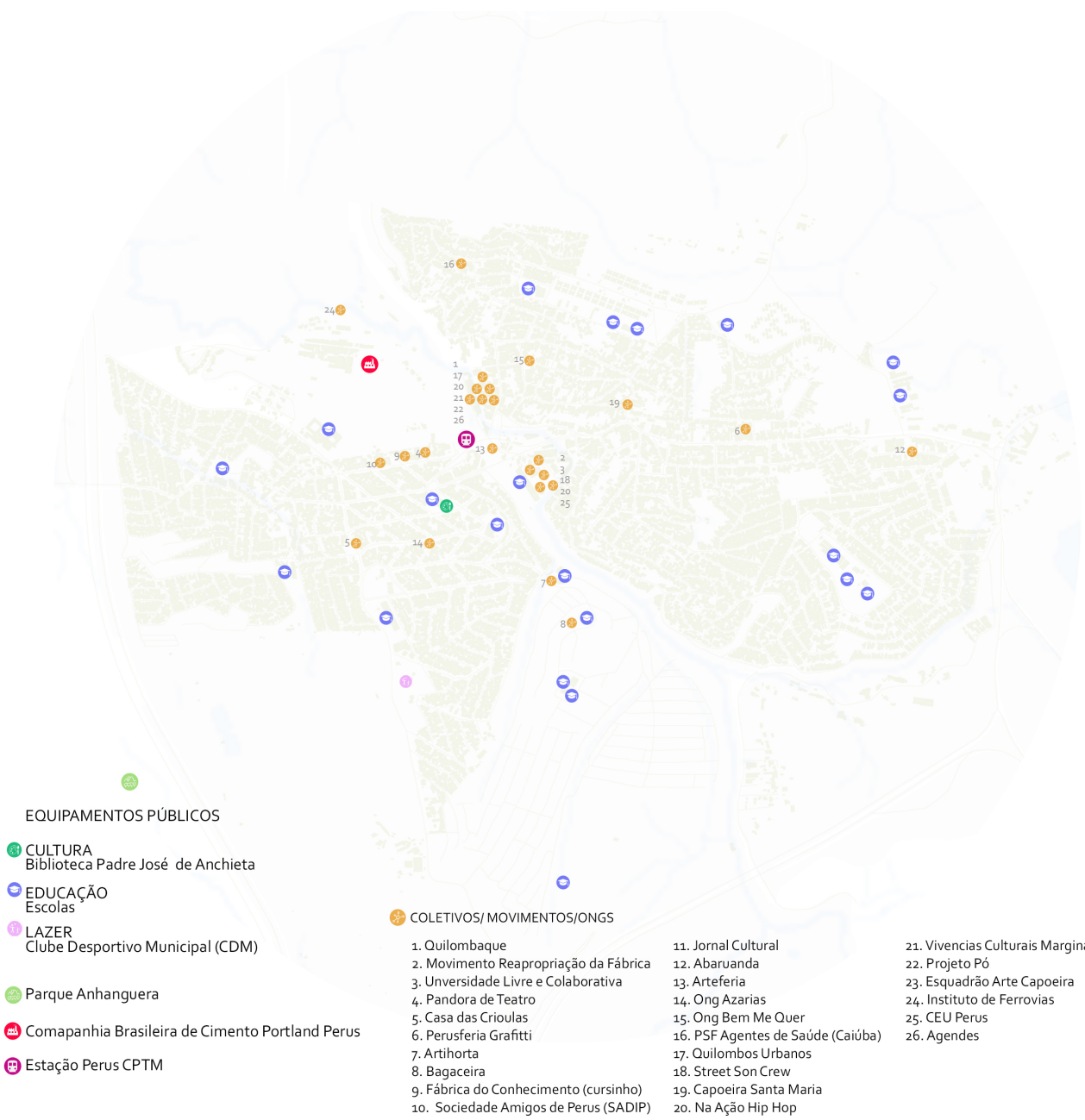


Figura 35: mapeamento dos coletivos e equipamentos públicos
Fonte: acervo pessoal



36



37



38



39



40



41



42



43

Figuras 36- 43: cenas do cotidiano
Fonte: acervo pessoal

Outro espaço que também é constantemente utilizado são as ruas, principalmente quando são mais estreitas com pouco movimento de automóvel, as chamadas travessas ou vielas, são ocupadas quase que diariamente, como uma espécie de extensão do quintal, o que na maioria das vezes não existe em todas as casas e quando existe a função priorizada é a de garagem, antes e depois da escola e durante as férias escolares, as ruas são com frequência apropriadas pelas crianças. Contudo elas não são as únicas, o público de mais idade também se apropria dos espaços públicos regularmente, seja para tomar sol, o que pode despretensiosamente virar um ajuntamento de vizinhos, festas e bailes frequentemente estendem-se ao espaço da rua também e em cada um dos bairros conserva-se o hábito da feira livre semanal, que ocasionalmente acontece nas ruas.

Tudo isso acontece nas também nas bordas da cidade, o direito a cidade é também lá reivindicado e exercido é bem verdade que alguns espaços perderam sua função principal e como no centro precisam ser reconquistados, mas a maioria deles precisa mesmo é de requalificação, incentivos que fortaleçam sua funcionalidade, entretanto a requalificação se faz acompanhada de algum tipo de educação cidadã, pois infelizmente em muitos casos vê-se a depredação por parte de minorias que não enxergam a intervenção pública como comum a todos.

Ainda que o distrito não tenha altos índices de violência pode-se observar a presença intensa do tráfico de drogas, principalmente nas vielas. Atividades distintas muitas vezes subsistem ao lado do tráfico, entretanto na maioria dos casos observa-se o enfraquecimento da função público espacial uma vez em que a população em geral é inibida com a presença do tráfico



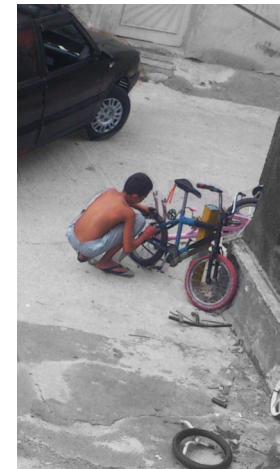
44



45



46



47

Figuras 43- 47: cenas do cotidiano
Fonte: acervo pessoal

2.2 Evolução Demográfica vetores de expansão

Perus começou a tomar forma nos anos da Indústria do Cimento com a criação das vilas operárias, logo em seguida deu-se início ao loteamento das fazendas da região, uma vez que as vilas operárias não comportavam todos os trabalhadores da Fábrica. O mapa Sara Brasil de 1930 mostra as primeiras casas no que se transformaria anos mais tarde nas principais avenidas do bairro, Av. Dr. Silvio de Campos e Av. Fiorelli Piccicacco. As primeiras aglomerações deram origem as Vilas: Hungaresa, Inácio, Operária e Perus, nas décadas de 20 e 30, todas ali ladeando fábrica e estação de trem. (DPH, SÃO PAULO, 1992).

A expansão geográfica pode ser observada na figura x, mostra como se deu o processo de ocupação do centro para as bordas. Nos anos 60 o relevo acidentado não foi impedimento para as novas Vilas: Caiuba, Flamengo e Malvina, Jardim São Paulo, dos Manacás e do Russo, este ultimo junto com a Vila Inácio sofreu grandes desapropriações em decorrência da construção da Rodovia dos Bandeirantes em meados dos anos 70. Tais desapropriações deram origem às primeiras moradias informais no bairro. (PELLEGRINI, 2011)

Ná década de 70, 80 os bairros existentes foram se intensificando, e dando origem a outros é o caso da Vila Nova Perus. Em meados dos anos 90 surgiram às ocupações formais e informais a sul do distrito, mais precisamente a região onde hoje é o Recanto dos Humildes que começou como um projeto de moradia da então prefeita Luiza Erundina, no entanto, as construções foram rapidamente avançando sobre esta

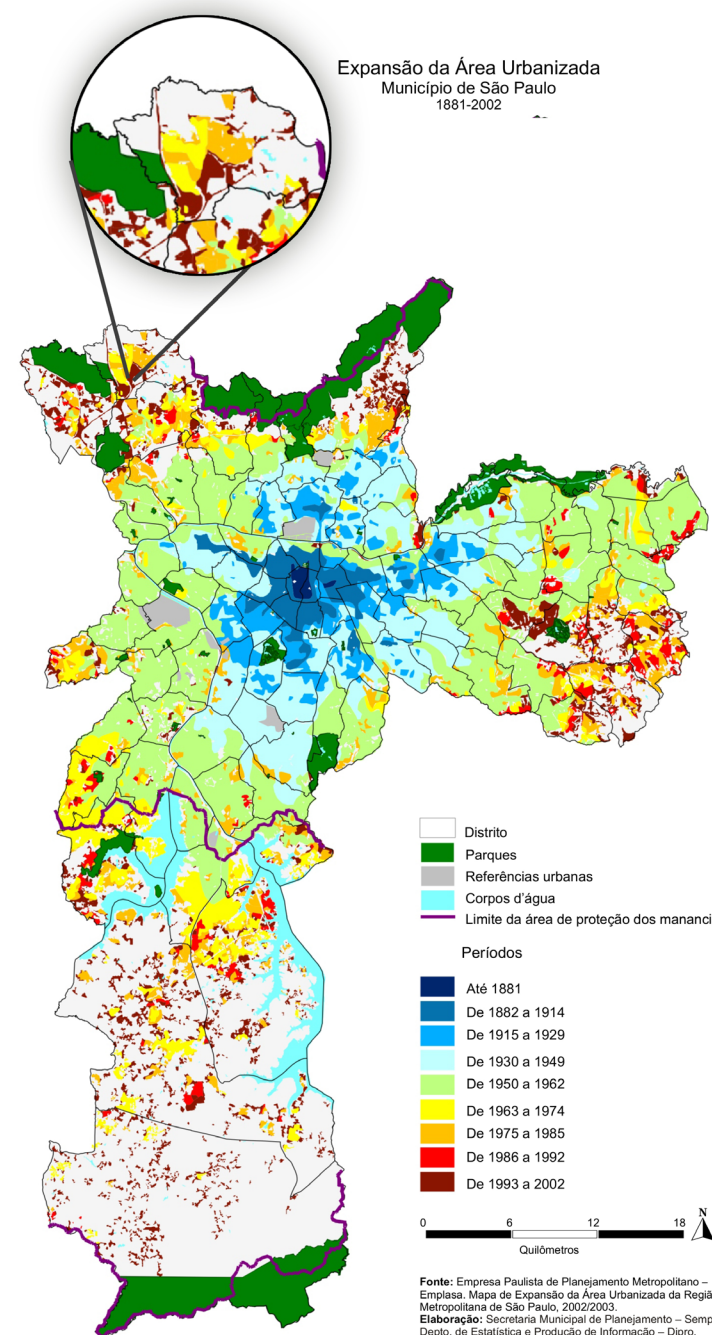


Figura 48: Mapa de Expansão urbana
Fonte: Emplasa



Figura 49: Sara Brasil, 1930
Fonte: Acervo pessoal

porção do território sem qualquer planejamento e fiscalização na gestão posterior, o que deu origem a novos assentamentos.

O fato é que com a instituição das Pedreiras, do Aterro Bandeirantes das Rodovias e felizmente da preservação do cinturão verde, o distrito ficou impossibilitado de se expandir, ficando cercado por estes elementos que involuntariamente restringiram a urbanização para além de seus limites atuais, o bairro possui hoje poucas áreas a serem urbanizadas, as remanescentes foram classificadas pelo plano diretor de 2014 como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), ou seja estão destinadas a construção de moradia para população de baixa renda, uma delas é área resultante do [des]tombamento da área da Fabrica de Cimento.

A ZEIS figura em laranja, podem aumentar a densidade do bairro que é constituído com exceção de dois Conjuntos Habitacionais (COHAB) por residências horizontais de autoconstrução. Porém, apesar de comportar o aumento da densidade no que diz respeito à área, Perus com a sua configuração atual não dispõe de infraestrutura que atenda novos moradores, logo, novos empreendimentos residenciais carecem de implantação planejada sobretudo quanto aos equipamentos de saúde e educação e trabalho.



Figura 50: Loteamento Recanto dos Humildes
Fonte: Regina Bortoto



Figura 51: Recanto dos Humildes consolidado
Fonte: Google Street View

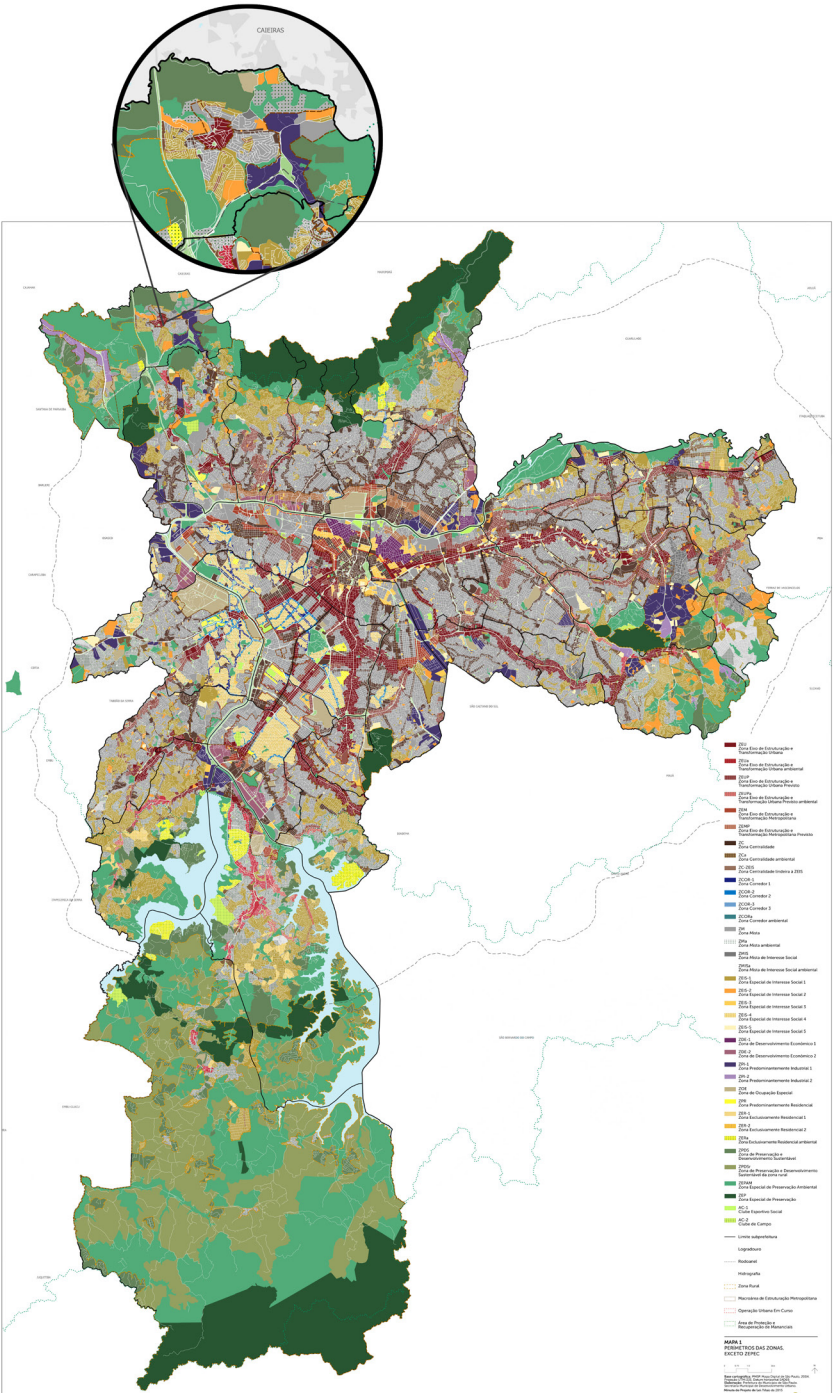


Figura 52: Mapa Zoneamento (ênfase nas ZEIS em Laranja)
Fonte: SMDU/PDE

CAPÍTULO 3

Pela Reapropriação da
Fábrica de Cimento

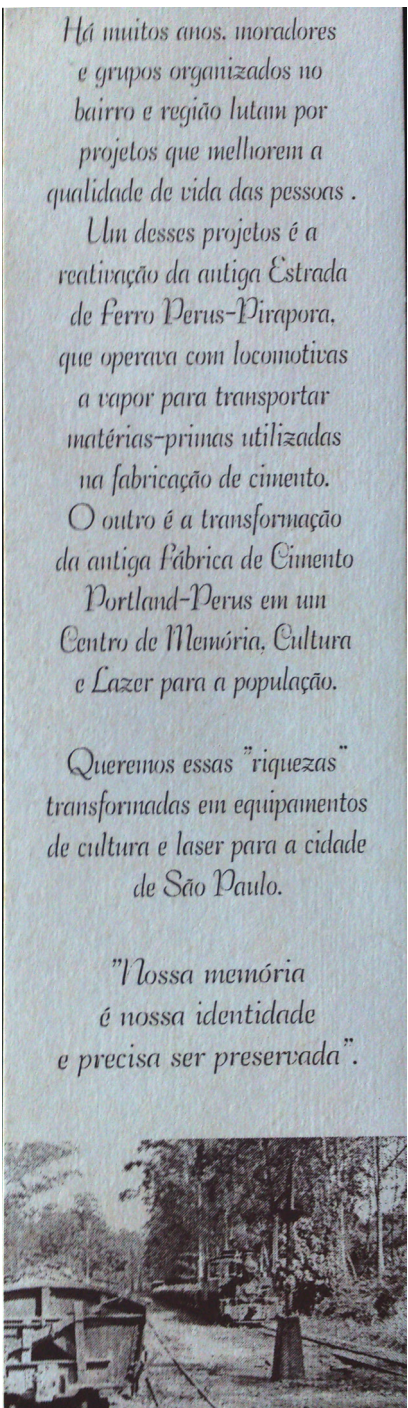
3.0 Movimentos Sociais: 1992

as primeiras das articulações

A ideia de um Centro Cultural já existia desde meados de 1971 para as imediações da Fábrica. Entretanto, com o fechamento da Cimento Portland Perus em 1987, surgiu de imediato à ideia de transformar o espaço agora disponível em um Centro de Cultura Operária. (Jesus, org. 1992).

Sendo assim, os ex- operários tão logo da desativação da indústria, deram inicio as articulações em prol da Fábrica de Cimento em reuniões organizadas na sede do Sindicato, nasciam ali as primeiras ideias e grupos de [re]apropriação da Cimento Perus. De imediato foi proposto como medida preservacionista o tombamento da Fábrica e de todas as construções ligadas ao inicio da atividade industrial do bairro, deveriam ser preservadas as habitações operárias, edificações da fábrica como um todo e as áreas de lazer e recreação.

Entretanto, visionários que eram a Comissão Pró-Centro de Cultura Operária Perus, assim denominados, não se restringiu apenas em solicitar o Tombamento do imóvel como também a sua desapropriação, paralelo a isso tratou de propor uma função para as instalações da Fábrica alegando que manter a acessibilidade ao Patrimônio seria a melhor maneira de preservá-lo e manter viva a memória coletiva dos que lá viveram ao passo em que permitiria a construção de novas memórias.



Figuras 53/54: Marca Página reivindicando a Fábrica de Cimento e Ferrovia
Fonte: Acervo Sindicato Cal Cimento e Gesso de Perus

A proposta referia-se a criação de um Complexo Cultural e Recreativo além de um Centro de Documentação e Pesquisa, ambos nas edificações e entorno da fábrica, para o usufruto da população e suporte as atividades diversas do bairro. Ademais, a comissão teve o cuidado de salientar a vocação turística resultante da junção: CBCPP, Estrada de Ferro Perus Pirapora e Parque Anhanguera. Esta combinação de elementos poderia gerar um polo atrativo para a cidade caso fosse bem efetuada e, portanto não caberia implantar no local, novos usos residenciais e industriais, mesmo com espaço disponível para tal. (Jesus, org. 1992).

Ainda sim pode-se observar na citação a seguir, o engajamento do grupo que já idealizava projetos sociais pensando em causas que só foram colocadas em evidência anos mais tarde, como é da mulher e do idoso, além de questões de subsistência, também colocadas.

“...Assim, museus da memória da fábrica, do trabalhador e da estrada de ferro, poderiam conviver com espaços para a manifestação popular, a capacitação sindical e profissional, a promoção da mulher e do idoso e a formação da juventude. Outra atividade socialmente relevante diz respeito à instalação de um Centro Municipal de Abastecimento, com venda direta do produtor ao consumidor, constituindo importante fator no custo e na qualidade dos produtos, situação recomendada pela própria localização da área, cortada que é por rodovias e ferrovias” (folha 09 do Memorial Justificativo do Centro de Cultura Operária, 1991).

Tais constatações reforçam o envolvimento dos operários da Cimento Perus não apenas nas lutas operárias, como também com o bairro e os moradores que faziam parte do contexto em que se davam intervenções. Suas reivindicações traziam sempre um cunho social considerando a pessoa humana antes de fatores econômicos e políticos. A exemplo disto temos a adesão dos trabalhadores junto a população local nas manifestações em prol do meio ambiente e saúde dos moradores frente ao pó de cimento exalado pela Fábrica, solicitando que a mesma instalasse filtros nas chaminés para minimizar a emissão de poluentes.

As lutas da CBCPP ficaram conhecidas pela sua forma de organização, a adoção da “**Não Violência**” que mais tarde passou a ser chamada: “**Firmeza Permanente**”. Este modelo de luta consistia em alcançar a justiça por intermédio da verdade e em hipótese alguma fazer uso de violência

contra o homem para obter a justiça desejada e sim, apresentar formas de resistência que dignificassem a pessoa humana. Tais conceitos eram embasados nos Evangelhos, além disso, traziam também como exemplo, Martin Luther king e Mahatma Gandhi.

A igreja católica muito contribuiu com os trabalhadores durante os períodos de greves, destaca-se a atuação do Vigário da Paróquia em Cajamar, Padre Hamilton Bianchi, que auxiliou na difusão das causas de greves, emprestou dinheiro da paróquia aos operários que estavam paralisados, entre outras ações. Porém, foi duramente reprimido pela polícia, sendo expulso da casa paroquial e acusado de ter linguagem comunista, sofreu um pedido de remoção do cargo de pároco o que não ocorreu e quanto à moradia os operários se empenharam na construção de uma nova residência paroquial. (Siqueira, 2009).

Os operários se faziam representar judicialmente desde 1954 pelo advogado do sindicato, Mario Carvalho de Jesus, este teve sua formação na faculdade de Direito do largo São Francisco, estagiou na França onde teve contato com Movimentos Sindicais com Padre Lebre e os Padres Operários. João Breno presidente do sindicato e operário da fábrica trabalhou anteriormente na Fundação Progresso, metalúrgica hoje extinta que funcionava no bairro da Lapa, foi de lá demitido em decorrência de envolvimento em greve.



Figura 55: Mário Carvalho de Jesus
Fonte: Acervo Regina Bortoto



Figura 56: João Breno
Fonte: Acervo Regina Bortoto

Ambos junto ao Padre Bianchi foram figuras representativas no engajamento social e político dos operários frente aos embates da Cimento Perus. Entretanto tudo só foi possível devido à adesão mútua de boa parcela dos trabalhadores, os “Queixadas” que confiaram no que lhes estava sendo apresentado e se prontificaram em favor da ação conjunta.

Contudo, a Estrada de Ferro Perus Pirapora tombada pelo CONDEPHAAT em 1987 está hoje em “posse” do Instituto de Ferrovias que por sua vez, fez um comodato de cinquenta anos com o proprietário da mesma para que pudesse utiliza-la. Foi esta a forma que encontraram para preservá-la e é através de parcerias com empresas privadas que obtém-se recursos para a recuperação de seus trilhos e trens.

Já a Fábrica de Cimento tombada pelo COMPRESP, encontra-se em situação de abandono e deterioração. Desde a sua desativação até o presente momento a Fábrica contemplou três projetos, o primeiro de Cláudio Soares de Azevedo, arquiteto que integrou a comissão Pró-Centro de Cultura Operária Perus. O segundo se fez pelo escritório Rui Ohtake Arquitetura e Urbanismo, correspondeu a estudos iniciais sem grandes aprofundamentos, porém foi neste processo que se deu a redução da área tombada, em resposta a revisão de tombamento solicitada pela FAJA Desenvolvimento Urbano.

O terceiro e mais elaborado é do escritório kruchin Arquitetura, teve seu início em 2011 e encontra-se até o presente momento deste trabalho em andamento junto ao DPH. Estes dois últimos tratam-se de propostas de empreendimentos comerciais enquanto que o primeiro era cultural.



Figura 57: Vista aérea da Fábrica
Fonte: José Fernando Pires

3.1 Continuidade do Movimento: 1992 -2012

Das medidas iniciadas pelo grupo Pró-Centro de Cultura Operária somente a de Tombamento que se deu em 1992 perdura ainda que precariamente até hoje, tendo sido parcialmente alterando no ano de 2004 como foi visto, as demais petições não foram levadas a diante pelo poder público na época, como veremos a seguir.

Em 1992 Paulo Maluf venceu o pleito para prefeito da cidade de São Paulo, sendo empossado em 1993. Entretanto, o grupo que vinha se articulando em prol das mudanças na Cimento Perus, possuía maior facilidade de comunicação com a gestão anterior, na pessoa da prefeita Luiza Erundina, logo, com as mudanças na prefeitura as articulações não se davam com a mesma intensidade.

Neste Interim de 1992 a 2012 entre prefeitos e partidos diversas atividades relacionadas a Fábrica iam acontecendo pelo bairro, em entrevista para este trabalho Maria Helena Bertolini ativista do movimento, conta sobre a continuidade do movimento após a o fechamento da Fábrica:

“As ideias elas vão se concatenando, então quando o João Breno que é uma Pessoa da igreja [...] o Tião e outros trabalhadores que estão nessa ambiência da igreja, junto com os padres. Termina a fábrica de

funcionar e aquele movimento em torno da firmeza permanente do pacifismo. Bom então a ideia de um centro de cultura para o trabalhador é uma decorrência de todo esse histórico... eu acho que teve a ver até com essa ideia de autogestão da fábrica, que ficou lá pra trás [...] já é um movimento de apropriação. Então talvez, talvez, aí é uma hipótese, esse movimento de apropriação ele só muda de foco né, a Fábrica fecha, não tem mais sentido essa monumentalidade como produção, mas ela passa ter um sentido simbólico cultural muito grande.”

“na verdade eu posso dizer que nunca parou [o movimento], não há interrupção, não há. Desde estes movimentos da década de oitenta que eu me lembre, eu pelo menos como pessoa, moradora do bairro a vida inteira participei de encontros.”

(Maria Helena Bertolini, entrevista em 31/07/2015)

Novas medidas de articulação com o governo municipal se deram apenas em meados de 2004, ainda na gestão Marta Suplicy. Maria Helena Bertolini conta que “aí é minha hipótese eu não posso falar em nome dos outros, toda vez que a

gente se depara com um governo mais popular que a gente julga ser um governo mais popular, me parece à gente vai mais a secretaria”. Nesta época o grupo chegou a discutir o Centro Cultural juridicamente, criou-se inclusive um estatuto, porém as medidas também não foram levadas adiante.

Entretanto, atividades relacionadas à história da Fábrica e dos acontecimentos dela decorrentes estavam sempre acontecendo, reuniões no sindicato, peças de teatro, trabalhos de nível escolar e acadêmico também foram desenvolvidos.

[...] Eu acho que agora ela se fortaleceu mais ainda [o centro de cultura] antes inclusive de entrar o governo do Haddad. [...] nesse período em 2011/2012 um grupo de pessoas de educadores de movimento social inicia um projeto chamado café filosófico, esse café filosófico o tema dele central, era discutir a memória, a memória do bairro. O primeiro café filosófico ele foi montado no sindicato, eram encontros que a gente fazia p discutir a memória do bairro, então o primeiro era direito à memória, direito a história do bairro, tinha a questão da vala comum depois foi direito à cidade, aí ele foi se replicando independente de governo, então eu acho que os movimentos populares aqui de uma forma ou de outra eles sempre estiveram nessa luta do Centro Cultural.

(Maria Helena Bertolini, entrevista em 31/07/2015)

Tudo isso demonstra um empenho em perpetuar a memória coletiva que se criou em torno dos fatos históricos, a história foi transmitida por iniciativa dos atores locais e também das escolas da rede pública de ensino. Dentre tantas atividades destaca-se também a atuação dos educadores na difusão desta história tão característica para a formação de um bairro. Atualmente na sede do Sindicato existem trabalhos realizados por alunos das escolas locais que foram se acumulando durante todos estes anos. Com o crescimento do bairro e a formação de novos núcleos, sobretudo, em meados dos anos 1990, boa parte da população desconhece a história da Fábrica e o trabalho das escolas se faz importante uma vez em que alcançam através dos alunos, também suas famílias.



Figuras 58: Folheto Concurso de redação sobre a Ferrovia Perus Pirapora e divulgação da causa Pró Centro Cultural
Fonte: Acervo Maria Helena Bertolini

3.2 Movimento Pela Reapropriação da Fábrica de Cimento

“APOIADOS NA LONGA HISTÓRIA DE UMA RESISTÊNCIA PACÍFICA, MAS FIRME A DOMINAÇÃO DO CAPITAL, LUTAMOS HOJE PELA INSTALAÇÃO DO, “PERUS – CENTRO DE CULTURA OPERARIA”, PARA PERPETUAR O SACRIFÍCIO E AS CONQUISTAS DE TODA UMA GERAÇÃO DE TRABALHADORES E DEFININDO UM PONTO DE REFERÊNCIA CULTURAL-LIBERTÁRIA NA OUTRORA ESBRANQUIÇADA PAISAGEM DE PERUS, SUBMETIDA POR LONGO TEMPO AO ARBÍTRIO E A INJUSTIÇA.” (FOLHA 08 DO MEMORIAL JUSTIFICATIVO DO CENTRO DE CULTURA OPERÁRIA, 1991).

O trecho supracitado parece-nos um tanto atual, mesmo passados vinte e quatro anos, isto se deve às condições em que o bairro de Perus está hoje inserido e a todo seu histórico de desenvolvimento. Tendo os *Queixadas* lutado por seus direitos trabalhistas e logo em seguida pela implementação do Centro de Cultura, posteriormente viu-se a no bairro as longas jornadas contra o lixão e em decorrência das ocupações não planejadas, surgiram as mobilizações em prol de transporte, saúde, educação. Atualmente existe uma demanda em torno da regularização fundiária e melhoria do sistema de saúde.

Assim como a firmeza dos *Queixadas*, permanente, “em todo tempo o tempo todo” a aspiração pelo Centro Cultural na Fábrica de Cimento Portland Perus, resistiu e ainda resiste através dos ativistas, educadores e todo aquele que em algum momento contribuiu para que a história fosse transmitida. Como foi visto a ideia de Centro Cultural na Fábrica de Cimento se deu efetivamente com o seu tombamento em 1992 defendido pelo grupo Pró-centro de Cultural.

Figura 59: Ação #Pelouso publico da fabrica
Fonte: Montagem á partir de fotos reprodução facebook



Com alguns momentos de maior efervescência, foram constantes as articulações em favor da efetivação do projeto e desde 1992 a causa foi ganhando novos adeptos e ampliando o escopo, como podemos observar na fala de Maria Helena ao se reportar aos “Três Eixos”, um conjunto de causas defendidas por ativistas do bairro, que surgiu após os embates do lixão.

[...] o que a gente colocava sempre como referência? o movimento dos queixadas! E quando a gente conquista por várias vezes a não ampliação do lixão a não vinda de um novo aterro sanitário [...] a luta do bairro era assim, com referência a luta dos queixadas, a gente já sofreu muito com o pó, já sofreu muito com o mau patrão que era o Abdalla, então não tem sentido que a gente não lute por coisas boas p/ bairro, aí foram pensadas três coisas que a gente ia defender pra sempre, depois do movimento do lixão, as três coisas fundamentais são, o Parque anhanguera, preservação, ampliação, manejo; a Ferrovia Perus Pirapora, como patrimônio histórico então a gente queria a reativação; [...] e a Fábrica.

(Maria Helena Bertolini, entrevista em
(31/07/2015)

Segundo Jéssica Moreira em reportagem para o Sampa Criativa, o Movimento pela [Re] apropriação da Fábrica de Cimento ganhou este nome em meados de 2013. A intenção era congregar os interesses relacionados a Fábrica em um único grupo. Logo, ativistas, coletivos e demais interessados se juntaram em uma nova configuração em favor do bem comum. Foi então em setembro daquele ano que surgiu o “*Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento*”. Para conhecimento e divulgação o grupo mantém um site no wordpress como endereço na internet e também uma página no Facebook para divulgação de suas atividades.

A página do movimento traz informações e um breve histórico da fábrica além de disponibilizar links que podem ser consultados para um conhecimento mais aprofundado do tema, através de artigos, dissertações e livros de acesso livre e gratuito. Ainda sim, podem ser consultadas as medidas a serem tomadas em favor da reutilização da fábrica. Quanto a página do Facebook esta tem maior visibilidade visto que os conteúdos podem ser compartilhados, constitui uma boa ferramenta de divulgação para mobilização local.

O movimento é integrado por moradores do bairro que em algum momento tiveram relação direta com a Fábrica: seus pais e familiares ali trabalharam, ou por alguma vivência que se deu no espaço. Outra parcela do grupo apesar de não ter este caráter direto de relação, se identificou com a história do lugar e passaram à integrar o movimento. Contudo, todos têm em comum o objetivo de preservar o local e sua história, preservar e continuar fazendo história, proporcionando novas memórias, isso através da adequação de suas edificações de acordo com os novos programas de utilização, em benefício principalmente da população local.



Figura 60: Reunião do Movimento
Fonte: Tony Miotto

As propostas que se colocam para a transformação das edificações da Fábrica dizem respeito aquelas inicialmente pensadas pelo grupo “Pró Centro de Cultura Operária Perus”, no tocante a questões culturais e de recreação, a implantação de um Centro de Lazer Cultura e Memória do Trabalhador. Abrange ainda questões educacionais, tais como, a implantação de um Núcleo de Pesquisa, também proposto inicialmente pelo primeiro grupo, no entanto, agrega-se ao caráter educacional a Implantação de uma Universidade livre e Colaborativa colocada pelo grupo atual que salienta ainda a necessidade de todos os equipamentos serem articulados.



Figura 61: Aula Universidade livre e Colaborativa
Fonte: Nelson de Souza

Desde o início o movimento reivindica a desapropriação dos atuais donos para que assim se efetive uma apropriação por parte do poder público e a partir daí aconteça uma espécie de processo participativo entre prefeitura e população para então contemplar as necessidades e demandas do bairro, além de uma gestão compartilhada do novo espaço e a assim a [re] apropriação pela população.

Com a formação do grupo em 2013, várias atividades de difusão foram realizadas até o presente momento, a exemplo reuniões abertas à comunidade são realizadas com frequência para discutir medidas e articular os próximos passos, também é organizado um Ato Artístico ao ano sob

a coordenação do grupo Pandora de Teatro, com atividades culturais e recreativas que se espalham no centro do bairro, a temática da Fábrica sempre se faz presente em algumas das ações. Ainda sim, o CEU a biblioteca Padre Anchieta e a Praça Inácia dias são locais que volta e meia recebem as atividades do grupo, além da Comunidade Cultural Quilombaque, ong muito atuante no bairro que realiza entre outras atividades, eventos culturais lembrando as lutas dos Queixadas e defendendo o Centro Cultural.

É importante destacar também a formação da Universidade Livre e Colaborativa no bairro de Perus, que por sua vez tem contribuído para a ampliação e construção do conhecimento não

apenas da fábrica, mas do território como veremos a seguir. Com uma metodologia horizontal de troca e formação de conhecimento, o projeto surgiu em 2011 a partir de um encontro entre o Núcleo de Estudos da Paisagem (USP), a Comunidade Cultural Quilombaque e o Projeto Coruja, desde então a Universidade Livre e Colaborativa vem atuando no bairro junto ao Movimento pela [Re] apropriação da Fábrica de Cimento.

Em setembro de 2014 a Universidade Livre e Colaborativa organizou um Workshop aberto ao público, abordando a Fábrica e o bairro, para tanto contou com a presença de operários e familiares, ambos relataram sobre como se dava a convivência na indústria, em família e

em sociedade, além de uma aula aberta na praça Inácia Dias, apenas para citar uma das diversas atividades promovidas pelos coletivos em questão.

O grupo passou a ter mais visibilidade com as atividades e desde o seu início, foi pauta em diversas matérias e meios de Comunicação, tais como Catraca Livre, Sampa Criativo, Carta Capital, Antena Paulista entre outros, muitos destes resultam do esforço da assessoria de imprensa do grupo na pessoa de Jéssica Moreira e Larissa Gould.

As articulações junto às esferas públicas se dão por intermédio de uma comissão responsável



Figuras 61/62/63: Ato Artístico coletivo Cimento Perus 2013
Fonte: reprodução Facebook

Figura 64: Ato Artístico coletivo Cimento Perus 2015
Fonte: Nelson de Souza

3.3 Território de Interesse da Cultura e da Paisagem - Jaraguá Perus



Figura 65: Mosaico Firmeza Permanente no “Coreto” da Praça
Fonte: acervo pessoal

por desenvolver, divulgar e entregar as “petições” aos órgãos correspondentes. Tal grupo se faz representar por Euler Sandeville, José Queirós, Regina Bortoto, Mario Bortoto, Maria Helena Bertolini, Márcio Bezerra e Sirlei Bertolini. Ressalta-se ainda a participação destes perante as audiências do Novo Plano Diretor Estratégico na Câmara Municipal de São Paulo e também junto ao DPH e da Secretaria da Cultura, onde aproximações cada vez mais frequentes tem acontecido.

Nesta nova configuração do grupo vê-se mais uma vez a ampliação da temática defendida pelos movimentos sociais, a Formulação dos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem – TICPs recentemente aprovado no Plano Diretor Estratégico de 2014 após intensa participação dos movimentos.

E se em 1992 o grupo Pró-Centro de Cultura articulava ao mesmo tempo, o projeto do centro cultural e pedido de Tombamento, hoje tem-se os Movimentos que ao passo em que criam os TICPs também entram com pedido de Declaração de Utilidade Pública (DUP) na tentativa de “congelar” o bem cultural de eventuais projetos que contemplem apenas os interesses do proprietário.

Antes de entrar no âmbito do TICP-Jaraguá/Perus, faz-se necessário um breve relato de como se deu a formulação do instrumento em questão. Segundo Sandeville e Manfré (2014), a elaboração do instrumento deve-se a uma confluência de demandas e trajetórias de dois grupos distintos, o Movimento Cine Belas Artes e a Universidade Livre e Colaborativa que, passaram a dialogar em virtude da revisão do Plano Diretor Estratégico de 2014, já no final das audiências.

O Movimento Cine Belas Artes propunha um *Corredor Cultural* partindo da Av. Paulista em direção ao Centro da cidade pela Consolação, com o intuito de salvaguardar da especulação imobiliária os equipamentos culturais, além de estimular a produção local. Do outro lado a Universidade Livre e Colaborativa propunha as denominadas: *Áreas de Especial Interesse da Cultura e da Paisagem* (AEICP) seriam ao todo cinco áreas significativas para o município – Jaraguá/Cantareira/Juqueri; Carmo/Itaim; Várzea do Tietê; Billings/Guarapiranga; e Ferrovia/Centro, objetivo das AEICPs era, incentivar o desenvolvimento local por meio da cultura, do meio ambiente, da percepção do urbano e do usufruto de seu patrimônio, além de, possibilitar gestão democrática.

As AEICPs propostas pela Universidade Livre e Colaborativa não foram contempladas no PDE, em contrapartida a proposição do Movimento Cine Belas Artes foi acolhida e deu origem ao Território de Proteção Cultural (TPC), colocada no substitutivo do PDE em março de 2014. Contudo nas audiências que se seguiram, os dois Movimentos que até então não tinham contato nem ciência um do outro, começam a dialogar em razão de uma plenária onde cada um expôs suas propostas. Inicia-se então um processo de troca, até que as diferentes proposições entram em conformidade e os dois grupos apresentam um único texto a relatoria do Plano Diretor Estratégico na Câmara que por sua vez o acolhe, sugerindo a este instrumento a denominação Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), incluído na última versão do PDE, que reconheceu dois Territórios o TICP Paulista/Luz e o TICP Jaraguá/Perus.

As movimentações que antes giravam em torno principalmente da Fábrica de Cimento, da Ferrovia Perus Pirapora e do Parque Anhanguera, agora ganham um sentido maior ao passo em que se ampliam o pensamento ultrapassando os limites do bairro, na construção de um território que se interliga pelos seus bens culturais. Assim fez-se o Território de interesse da Cultura e da Paisagem

Jaraguá-Perus, que reúne os elementos já citados, pertencentes ao bairro de Perus, estes costurados com a Aldeia Indígena as cavas de extração de ouro do século XVII e o Parque Estadual do Jaraguá, distrito vizinho de Perus, conformaram o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá/Perus contemplado no PDE de 2014.

Os TICPs como o próprio nome faz referência é um instrumento que organiza parcelas da cidade em territórios que congreguem características peculiares, aquelas de interesse da cultura e da paisagem, que são também importantes para memória da cidade.

[...] Áreas que concentram grande número de espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e identidade da cidade, formando polos singulares de atratividade social, cultural e turística de interesse para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável, cuja longevidade e vitalidade dependem de ações articuladas do Poder Público. (São Paulo, PDE, 2014, pg 139)

A criação dos TICPs tem como objetivo principal a construção da cidade para além do potencial construtivo e econômico, considera-se em primeiro plano seu potencial cultural, e aqueles já

sinalizados pela população, trata-se de valorizar, ampliar e estimular a cultura, a educação, a memória, o patrimônio natural e cultural, em favor do desenvolvimento, além disso os TICPs da maneira que foram formulados propõem gestão democrática e participativa.

No Plano Diretor também são colocados os meios pelos quais serão atingidos os objetivos, dentre eles: a recuperação de bens culturais, qualificação dos espaços públicos e áreas abandonadas, criação de circuitos culturais, produção de atividades escolares com alusão ao meio ambiente local, formação de agentes comunitários e o estímulo a grupos culturais independentes, cooperativas e pequenos produtores culturais, para citar alguns.

As iniciativas podem ser em parcerias com organizações pública, privada, ongs, e instituições de fomento. Estimulados pelo poder público, os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem podem receber concessões fiscais, isenção de taxas municipais e simplificação dos procedimentos para instalação e funcionamento, além de enquadramento pelo Ministério da Cultura como perímetro prioritário para receber investimentos federais de incentivo à cultura.

Considerações Finais

Cimento Portland: massa de substâncias calcárias e argilosas misturadas com água, que se enrijece ao secar. Tornando-se um elemento sólido com grande resistência a compressão e resistente a água e a sulfatos.

Queixada(s): único bicho que, quando se sente em perigo, se une em grupo, em manada, bate o queixo [...], enfrenta a onça ou o caçador; este tem de se esconder numa árvore, porque corre o risco de ser estraçalhado.

Qualquer semelhança não é mera coincidência se o Concreto, os Queixadas e o atual (só no nome) Movimento Pela Reapropriação tem algo em comum é a resistência. Do cimento aos Queixadas a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus é parte da história, a história da Biblioteca Mário de Andrade, do Vale do Anhangabaú da sua própria história, mas para além do concreto, da matéria, a Cimento Perus é parte da história, de Perus, dos Queixadas e de famílias inteiras.

O patrimônio sacralizado é a matéria, mas o que memória traz à tona permeia: a dureza do patrão e a perseverança dos Queixadas, a greve de fome no pátio do colégio e os bailes no Caramanchão, os sete anos de greve e a vitórias dos estáveis, se o concreto é resistência, Queixadas é duas vezes resistência é Firmeza e é Permanência.

Tem-se então que um não se daria sem o outro, de acordo com Menezes (2009) “todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se”. Nessa mistura de vivências o que se viu foi o material e imaterial se fundindo na construção de uma história indissociável, que transcendeu gerações.

Ao o analisar o território através de observações in loco e das pesquisas em fontes primárias e secundárias, constatou-se a defasagem de espaços culturais diante da efervescência cultural, entretanto, percebeu-se que existem muitos agentes locais e coletivos atuando na

tentativa de minimizar tal insuficiência, ainda sim percebeu-se que muitas das atividades são desenvolvidas em espaços públicos como acontece com as praças ou associadas aos equipamentos como é o caso do CEU e da Biblioteca local. Quanto às demandas da população local destacam-se as mais diversas que perpassam questões de mobilidade, saúde, emprego e principalmente moradia.

Diante de tantas necessidades, colocar para a população que questões de cultura são também importantes para o desenvolvimento humano torna-se um desafio, que fica ainda maior quando tal população é relativamente recente e não detém suas raízes no território, evidenciando o problema colocado por Varine (2012), em “fazer com que o conjunto de elementos do patrimônio seja reconhecido pelos habitantes do território como os representando, sendo-lhes familiar.”

Contudo a ação do homem no tempo e no espaço, a história que aqui foi contada não teve seu desfecho, encontra-se em uma etapa e momento oportuno onde à fruição pública dos espaços tem ganhado força, se como afirma Harvey (2014), sobre os processos de urbanização em que ao longo da história “fomos feitos e refeitos várias vezes, sem saber como ou por que”, o momento agora é de dizer o que e para quem, reivindicando o direito a cidade, o direito coletivo de intervir na produção do espaço.

Tais constatações foram feitas ao se aproximar dos Movimentos Culturais locais, sobretudo do grupo que se articula em prol do bem cultural que, tem demonstrado um protagonismo perante o poder público em defesa de um desenvolvimento sustentável, considerando o território como um todo e não mais, apenas o Patrimônio de interesse. Vê-se a partir das questões postas o desenvolvimento local como assunto de atores locais (Varine, 2012), entretanto tratando-se de um bem privado em que pesam interesses divergentes e conflitantes o desenrolar da história vai se alongando enquanto o patrimônio se deteriora e o desenvolvimento segue morosamente.

“A fábrica vai ficar fechada! Até que ela seja nossa!” (cena: Relicário de Concreto, Grupo Pandora de Teatro).

The background is a watercolor-style illustration with soft, blended colors of yellow, orange, and light blue. A thin, vertical grey line runs down the center of the image. The text is positioned on the right side, below the main title.

CAPÍTULO 4

Intervenção Projetual

4.0 Referências: SESC Pompéia_

Lina Bo Bardi

Centro de lazer SESC Fábrica Pompéia, São Paulo, 1982

Antiga fábrica de tambores, transformada em um centro comunitário de lazer, cultura e esporte, veio a ser tombado após a transformação. A convite do SESC Lina Bo Bardi projetou o equipamento de maneira a considerar as apropriações que a população fazia do objeto que, mesmo antes de sua conversão já estava sendo utilizado como espaço de lazer.

Haja vista o programa de necessidades do SESC que contempla espaços, privados e semipúblicos, a arquiteta potencializou o e o edifício existente, através da disposição do programa, criando espaços de usos flexíveis e convidativos. Foram preservandos o edifício industrial de tijolo e seu sistema construtivo em concreto, mantendo-os aparente.

Ainda sim surgiu a necessidade de projetar duas torres novas em decorrência do extenso programa, estas por sua vez são em concreto autoportante, suas aberturas e conexões conferem identidade ao projeto que se destaca na paisagem sem, contudo serem agressivas.

O que nos interessa é junção que Bo Bardi faz ao perceber o espaço existente a vida local e o programa de necessidades, fazendo conviver atividades distintas que teve como resultado um projeto que muito contribui para a cidade e para as pessoas.



Figura 66: Fábrica de Tambores
Fonte: Vitruvius



Figura 67: espaços da fábrica adaptados
Fonte: metronews

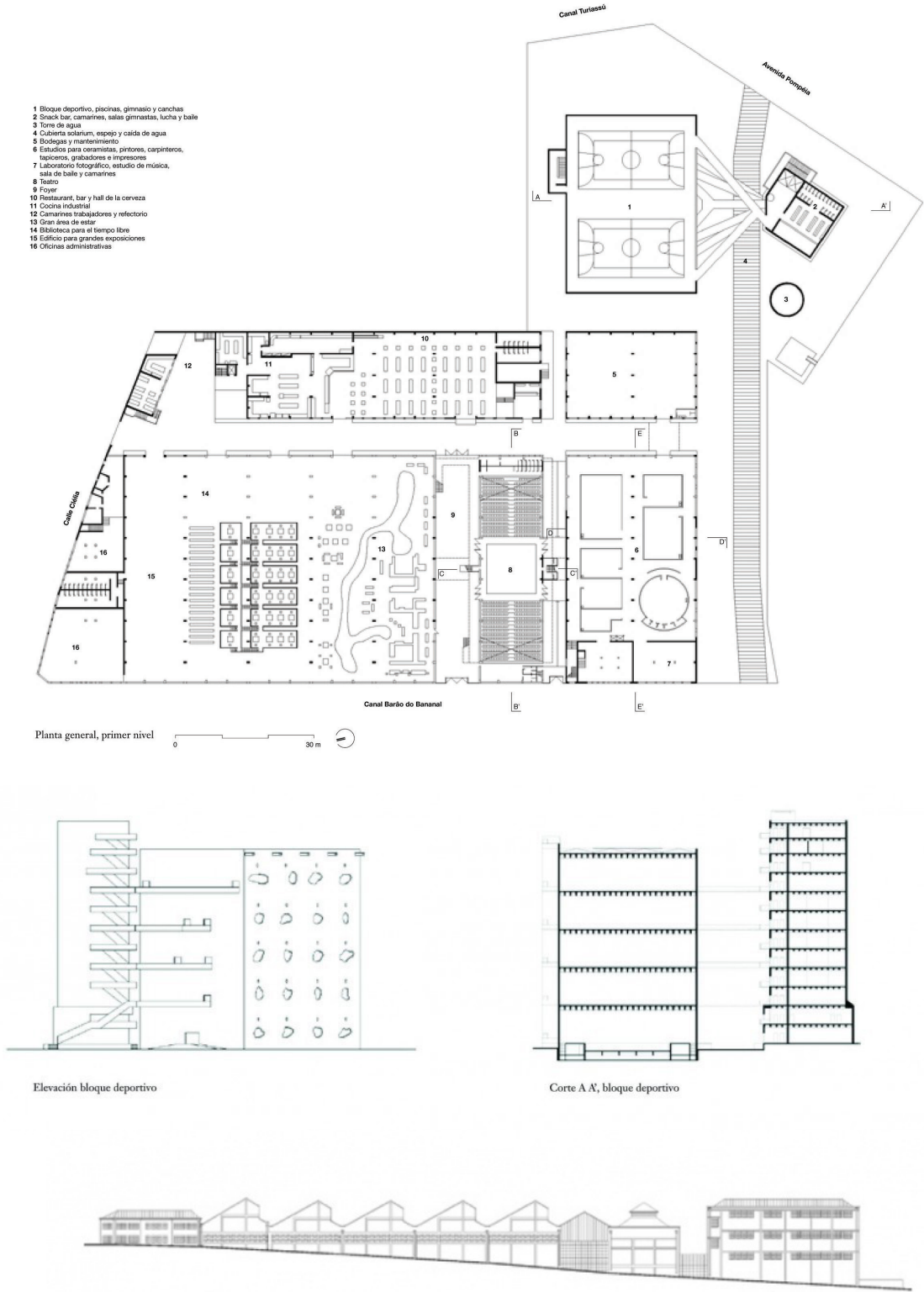


Figura 68: Planta/corte/Elevação SESC
Fonte: archdaily

4.1 Referências: Parque e Teatro do Engenho Central_

Brasil Arquitetura

Parque e Teatro do Engenho Central Piracicaba, São Paulo,

O Teatro e o Parque do Engenho Central estão à margem direita do Rio Piracicaba, com vista para a cidade na margem esquerda, cercados de vegetação formam um cenário que remonta parte da história da cidade de Piracicaba.

Com inúmeras potencialidades para a população local o conjunto do Engenho Central está em vias de receber restauro e se colocar a disposição do público. Segundo memorial do escritório os edifícios antigos serão adaptados e novos serão projetados com características a se distinguirem de forma harmônica com os preexistentes, o conjunto receberá atividades de arte cultura, educação e lazer.

Um dos galpões do conjunto já teve sua reformulação concluída em 2012 e hoje funciona como Teatro multi-

funcional recebendo diversas atrações durante o ano, como foi o caso do “Arq. Futuro a cidade e as Águas” em agosto de 2014.

O Parque e o Conjunto do Engenho, o Rio Piracicaba a vegetação adjacente e o Parque do Mirante (também em processo de projeto) formam um conjunto articulado de elementos de grande potencial para fruição da cidade, que a bem da verdade já acontece, no caso de Piracicaba, o projeto de restauro irá afirmar e proporcionar melhor estrutura para as atividades além de ampliá-las.

Caso muito semelhante, quanto à convergência de elementos diversos,e proximidade com a área urbana, ao que se vê no objeto de estudo, a Fábrica de Cimento, essa um pouco mais deteriorada mas com potenciais

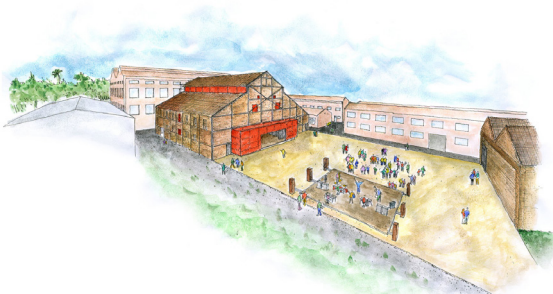


Figura 69: Teatro do Engenho Central
Fonte: Brasil Arquitetura

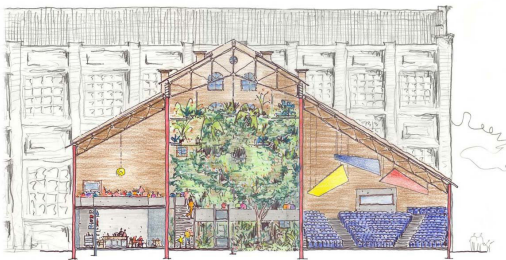


Figura 69: Galpões do engenho Central
Fonte: Brasil Arquitetura



Figura 69: Implantação do Engenho Central
Fonte: Brasil Arquitetura

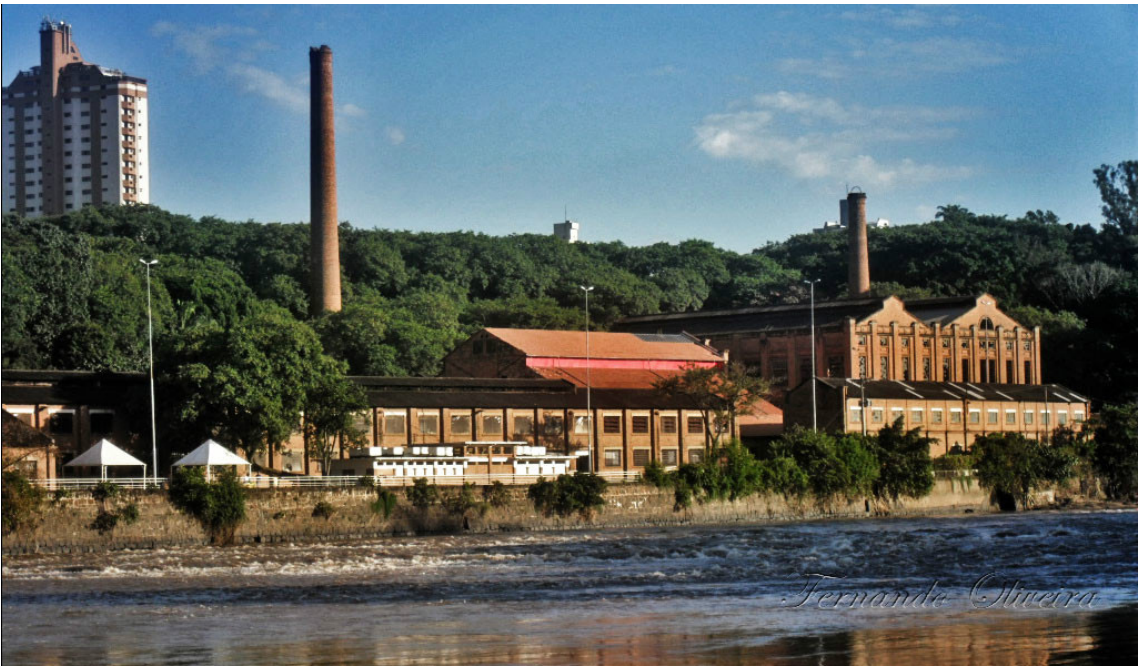


Figura 69: Instalações do Engenho Central
Fonte: Fernando Oliveira

MEMÓRIAS LATENTES

"LATENTE: adj.:2g. que está presente, mas sem manifestação visível ou perceptível..." Houaiss, Dicionário da Língua Portuguesa

Esta pesquisa é parte do Trabalho Final de Graduação (TFG) para o curso de Arquitetura e Urbanismo junto a Universidade Presbiteriana Mackenzie. Tem como finalidade, identificar a relação dos moradores com o bairro de Perus. E em que medida são desenvolvidas atividades de lazer, trabalho e convivência dentro de seus limites territoriais (bairro), pretende-se também identificar se a população local tem conhecimento da história do bairro.

1- Qual é a sua idade? _____ Há quantos anos mora no bairro? _____

2 - Em que local de Perus você reside (Jd. Do Russo, Vl. Fanton...)? _____

3 - Considera o bairro de Perus seguro? ☐ SIM ☐ NÃO

4 - Em que ano você veio morar no bairro de Perus e por quê?
resumidamente descreva qual foi o fator (trabalho, moradia, outros) que trouxe sua família para o bairro, de onde veio ou se nasceu no bairro

5 - Local agradável no bairro que você consideraria mostrar/levar alguém. _____

6 - Uma necessidade do bairro de Perus. algo que poderia melhorar a vida dos moradores. EXEMPLO: Escola, Teatro... R. _____

7 - Para atividades culturais, de lazer e entretenimento você costuma utilizar.

	Sempre	Algumas vezes	Raramente	Nunca
espaços locais	☐	☐	☐	☐
outros: Barra Funda- Brás- Bom Retiro	☐	☐	☐	☐
outros: Cajamar	☐	☐	☐	☐
outros: Pirituba	☐	☐	☐	☐
outros: Lapa	☐	☐	☐	☐

8 - Com que frequência você utiliza os espaços e serviços a seguir:

	Sempre	Algumas vezes	Raramente	Nunca
Biblioteca	☐	☐	☐	☐
CÊU PERUS	☐	☐	☐	☐
Praças	☐	☐	☐	☐
Campo de Futebol - CDM	☐	☐	☐	☐
Parque Anhanguera	☐	☐	☐	☐
Bar- Restaurante- lanchonete	☐	☐	☐	☐

9 - Conhece a história da Fábrica de Cimento? ☐ SIM ☐ NÃO

10 - Através de quem conheceu a história da Fábrica de Cimento? ☐ Escola ☐ Família ☐ Amigos ☐ Outros _____

11- Hoje a Fábrica de Cimento encontra-se desativada, existem algumas propostas para dar um novo uso a ela. Que tipo de uso você acredita que melhor beneficiaria a comunidade local e por que?

EXEMPLO: "poderiam fazer da Fábrica um Jardim Botânico, pois no bairro quase não tem árvores e precisamos de mais espaços verdes"

4.2 Memorial de Projeto

MEMÓRIAS LATENTES

“O passado só tem sentido quando se cruza com o presente” Walter Benjamim

O projeto em questão se dá nas imediações da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus – CBCPP, situada a noroeste do município de São Paulo no bairro de Perus. Foi indústria pioneira em termos de tecnologia na fabricação do cimento na década de 1926 produzindo em larga escala, o cimento ali fabricado escoava para construções de todo o país.

Tal empreendimento foi de grande influência na formação do bairro que até então era considerado Vila pertencente ao distrito de Nossa Senhora do Ó, sua emancipação se deu em 1934. Com a chegada da Fábrica inicia-se um processo de transformação no mesmo, o bairro começa a crescer demograficamente, sobretudo com a implantação de vilas operárias, a cultura rural passa a conviver com a cultura industrial, desembarcavam ali migrantes e imigrantes, em busca de trabalho na indústria.

Teve seu período de ascensão até meados de 1951, a partir desta data uma mudança de gestão ocasionou o início do declínio da mesma, os anos que se seguiram foram de grandes embates entre trabalhadores e gestores, reivindicações trabalhistas não atendidas implodiam em processos trabalhistas e greves, a mais

conhecida delas “Greve dos sete anos”. Os trabalhadores se dividiam entre “Queixadas” os grevistas e “Pele-gos” não aderidos à greve.

Desativada nos idos de 1987, teve seu tombamento contemplado no ano de 1992 pelo COMPRESP em resposta a uma solicitação que partiu de um grupo de operários que ali trabalhou, as vilas operárias adjacentes e o sindicato dos trabalhadores também foram tombados em reconhecimento a toda uma articulação de vida operária, política e urbana.

Simultaneamente a isso, o mesmo grupo articulava-se em prol da transformação da mesma em um “Centro de Cultura e Memória do Trabalhador”, alegando que manter a acessibilidade ao Patrimônio seria a melhor maneira de preservá-lo e manter viva a memória coletiva dos que lá viveram, ao passo em que permitiria a construção de novas memórias.

O Tombamento se deu e perdura ainda que precariamente até hoje, tendo sido parcialmente alterando no ano de 2004 quando teve sua área reduzida, seu perímetro foi modificado, parte das vilas foram retiradas do mesmo e imediatamente demolidas. Contudo, no decorrer dos anos a fábrica foi sofrendo mutilações em

partes decorridas de intempéries e em parte por vândalos que trataram de retirar maquinários além de demolições de algumas de suas partes internas. Em contrapartida vê-se uma mobilização por parte de alguns coletivos que mantém viva a ideia de [re]apropriação da fábrica e sua efetiva transformação em centro cultural, trata-se de uma tentativa de preservar toda sua história e representatividade.

Os coletivos constituem grupos que mantêm alguma identidade local, que buscam enquanto agentes de mobilização, melhorias para o bairro da periferia paulistana, são coletivos formados por moradores, artistas, professores, estudantes e profissionais de diversas áreas que tem em comum o objetivo de mobilizar a população que hoje ultrapassa oitenta mil habitantes em prol da reutilização da Fábrica de Cimento.

REATIVANDO O TERRITÓRIO - CONTINUIDADE DA MEMÓRIA

O projeto parte então do fato histórico, mas não só, associa-se a este as necessidades observadas in loco e constatações obtidas na legislação vigente. Ocorre que o bairro foi considerado pelo atual PDE (com exceção de alguns bairros mais centrais) uma Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana, ou seja, possui “elevado índice de áreas precárias, irregulares e de risco, com baixa oferta de infraestrutura e equipamentos e com

predominância de população de baixa renda” (PDE-Municipal, 2014).

O bairro tem uma efervescência cultural considerável, trata-se de um esforço que parte de ongs, coletivos, movimentos e afins que buscam suprir através de projetos sociais uma demanda, sobretudo de formação cultural na tentativa de auxiliar o desenvolvimento da população para além das necessidades primárias de educação.

A escolha por um equipamento cultural se dá então por uma convergência de interesses onde, passado, presente e futuro são contemplados. Com o intento de ser um elemento conciliador ao passo em que oferece suporte para atividades já existentes e proporcione novos fazeres.

CONSOLIDAR O LUGAR

A Fábrica em questão e sua área envoltória correspondem a um território de 105.370m², inseridos em um meio ambiente distinto que a difere na paisagem do seu entorno imediato e da conformação do bairro que se deu ao longo dos anos. Isto porque quando de seu tombamento, foi preservado também um perímetro envoltório, que contemplava vegetação pertencente a Melhoramentos e o Ribeirão Perus curso d’água adjacente à fábrica. Outro fator importante a ser lembrando refere-se à Estrada de Ferro Perus Pirapora, também tombada e em vias de ser reativada. Logo, este conglo-

merado de elementos criou um território peculiar com grande potencial de uso, com vocação turística, cultural e ambiental.

Além disto, sua inserção se dá a pouco mais de 700m da estação Perus da CPTM, e dos pontos de ônibus mais próximos, facilitador de acesso que contribui para a utilização do equipamento.

DIRETRIZES INICIAIS

Como ponto de partida foram estabelecidas diretrizes a partir das análises iniciais, a fim de harmonizar o projeto de intervenção ao ambiente construído, a dizer:

- Valorização da Paisagem e dos recursos naturais;
- Valorização do Conjunto Construído;
- Incentivar o uso público, através de espaços de convivência;
- Atender a demanda existente quanto à diversidade de atividades culturais, educacionais e comunitárias.

Os primeiros objetivos incidiam sobre as edificações da fábrica, pretendia-se propor a adaptação dos espaços para os novos usos. Entretanto fatores como a não acessibilidade ao material técnico (plantas e cortes) e a impossibilidade de adentrar na propriedade resultaram, apenas na proposição de um programa de usos para os edifícios existentes e o desenvolvimento de um projeto de edifício novo, um anexo ao lado da Fábrica de Cimento.

REFERÊNCIAS

Diante das premissas apresentadas até o momento o programa do edifício novo se restringe a atividades culturais, enquanto que nas edificações existentes se articulam atividades educacionais, culturais, ambientais e econômicas. Desta forma foram tidos como referências programas de uso do SESC especificamente o SESC Pompéia de Lina Bo Bardi, enquanto congregação de atividades culturais, comerciais e sociais, e a intervenção no Engenho de Piracicaba do escritório Brasil Arquitetura, enquanto equipamento que se articula com outros elementos do seu entorno a julgar o Rio Piracicaba a vegetação envoltória e o Parque do Mirante. Além disso, são intervenções funcionais que tem como fator principal possibilidades de convivências, encontro e estar.

USO PROGRAMÁTICO

O programa corrobora usos obtidos nas referências e nas atividades locais já existentes. Desta forma foram contempladas, áreas livres de exposição e de convivência, biblioteca, auditório, foyer, café, salas de: aula teórica, uso flexível, artes performáticas e ateliers, sala de professores, secretaria, depósito, manutenção espaços de circulação e banheiros, e duas praças sendo uma convencional e outra seca.

IMPLANTAÇÃO, VOLUMETRIA

O edifício foi projetado na longitudinal respeitando os limites das pré-existências tanto em altura quanto em largura. Com a fachada principal voltada para o norte, na fachada sul se estabelece uma ligação com o terreno, pois o mesmo sofreu cortes para assim posicionar a intervenção de forma a não avançar sobre os trilhos da Estrada de Ferro Perus Pirapora, os cortes foram feitos de maneira a formar platôs que se transformaram em espaços de estar no 1º e 2º pavimentos.

Antes do acesso principal foi projetada uma praça convencional com a intenção de proporcionar uma aproximação entre os usuários logo de início, ainda sim na área externa entre o edifício anexo e as Edificações da Fábrica projetou-se uma praça seca como um espaço de apropriações livres tais como feiras e apresentações. Organizado em dois volumes com alturas diferentes, onde o primeiro se desenvolve até o primeiro pavimento enquanto que o outro, mais próximo com a divisa do terreno vai até o segundo, aparentam estar separados, entretanto, são conectados pelo primeiro pavimento. Com exceção do térreo que possui pé direito de oito metros, todos os outros pavimentos e o subsolo dispõem de pé direito com altura de quatro metros.

PAVIMENTO TÉRREO

Este pavimento tem caráter de acolhimento e distribuição, foram dispostos áreas de convivência e o setor administrativo. Logo na entrada é possível observar um grande vazio com pé direito duplo de 8 metros e visuais

para o primeiro pavimento. As áreas distintas nele congregadas estão separadas pelo Hall de entrada, em que a partir deste pode-se optar pela ala da direita que contempla área de exposição e convivência e o acesso para o subsolo. Na ala oposta estão dispostas as circulações verticais para os pavimentos superiores, secretaria e sala de professores.

SUBSOLO

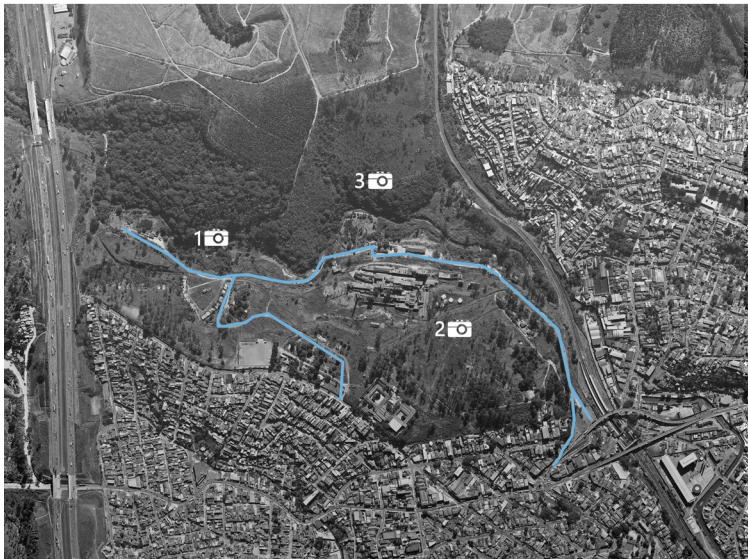
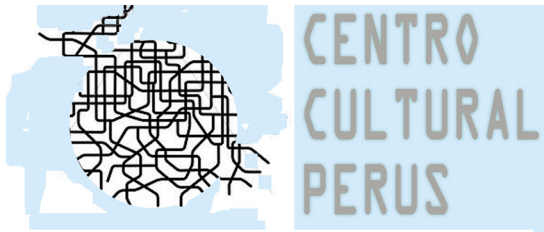
No subsolo estão locados espaços de eventos, reuniões, e apresentações, tais como o auditório para setenta pessoas e foyer, uma sala de uso flexível que ocasionalmente pode ser convertida em duas conforme a necessidade de uso, além destes encontra-se o café e sanitários.

PRIMEIRO PAVIMENTO

Este pavimento abrange toda a área dos dois volumes com separados pelo vazio central e conectados por duas passarelas. Foram instaladas neste andar a biblioteca, ateliers, salas de artes performáticas ambos com pé direito mais alto além de parte das salas de aula teórica, e áreas livre de estudo e convivência.

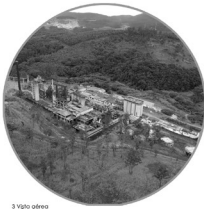
SEGUNDO PAVIMENTO

Menor que o anterior, este pavimento só acontece no lado maior do volume. Recebe as atividades performáticas tais como dança, teatro e música.



Características Locais

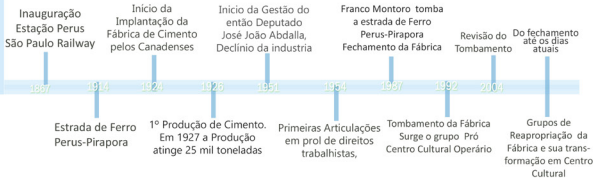
- Distrito localizado a Noroeste da cidade de São Paulo, distando cerca de 30km da região central.
- território de 23,90 km²
- População de 80.187 pessoas (censo 2010)
- Relevo montanhoso
- Grande porção de área verde correspondente ao Parque Anhanguera e adjacências
- região rica em minério pedra e calcário
- Bairro com predominância de uso residencial (casas de autoconstrução com até 2 pav.)



Dos Minérios as Memórias

Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus

Patrimônio como instrumento de requalificação territorial

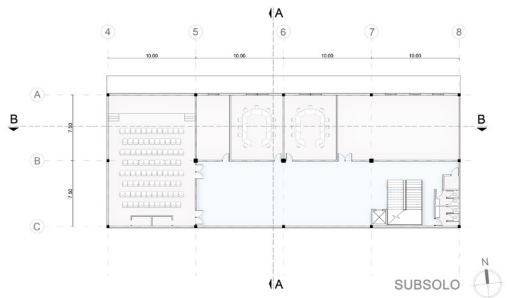
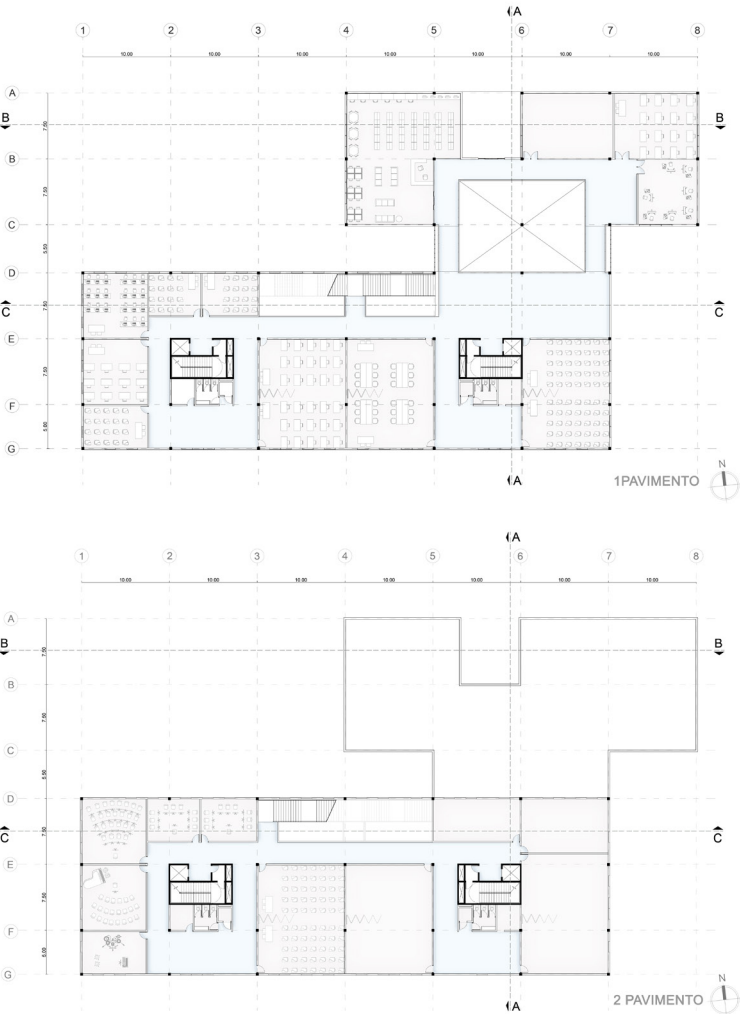
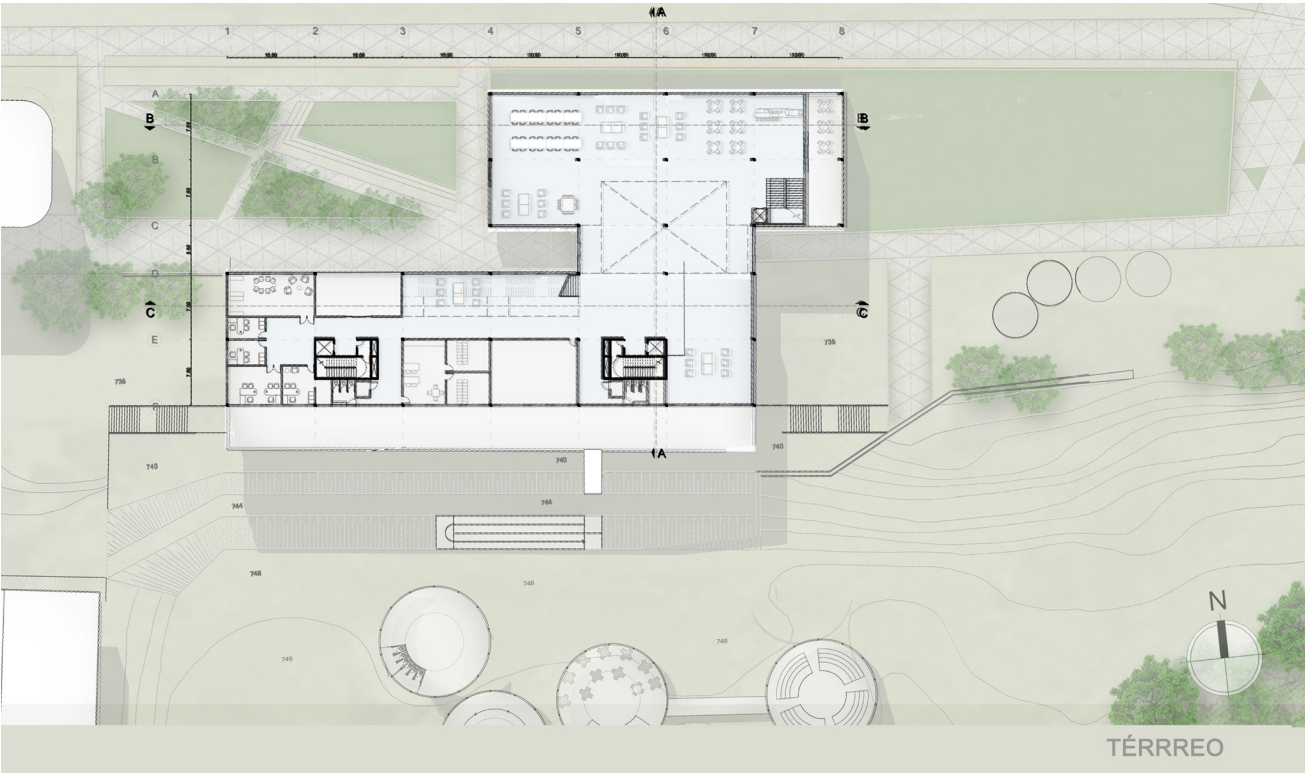


REATIVANDO O TERRITÓRIO - CONTINUIDADE DA MEMÓRIA -

O projeto parte então do fato histórico, mas não só, associa-se a este as necessidades observadas in loco e constatações obtidas na legislação vigente. Ocorre que o bairro foi considerado pelo atual PDE (com exceção de alguns bairros mais centrais) uma Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana, ou seja, possui "elevado índice de áreas precárias, irregulares e de risco, com baixa oferta de infraestrutura e equipamentos e com predominância de população de baixa renda" (PDE-Municipal, 2014).

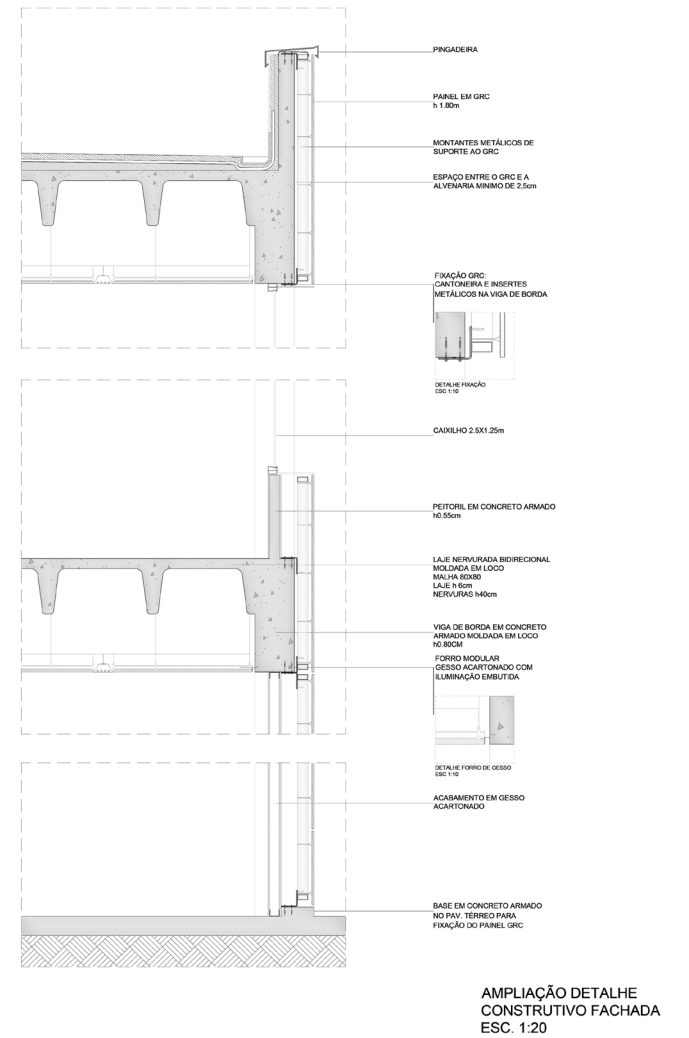
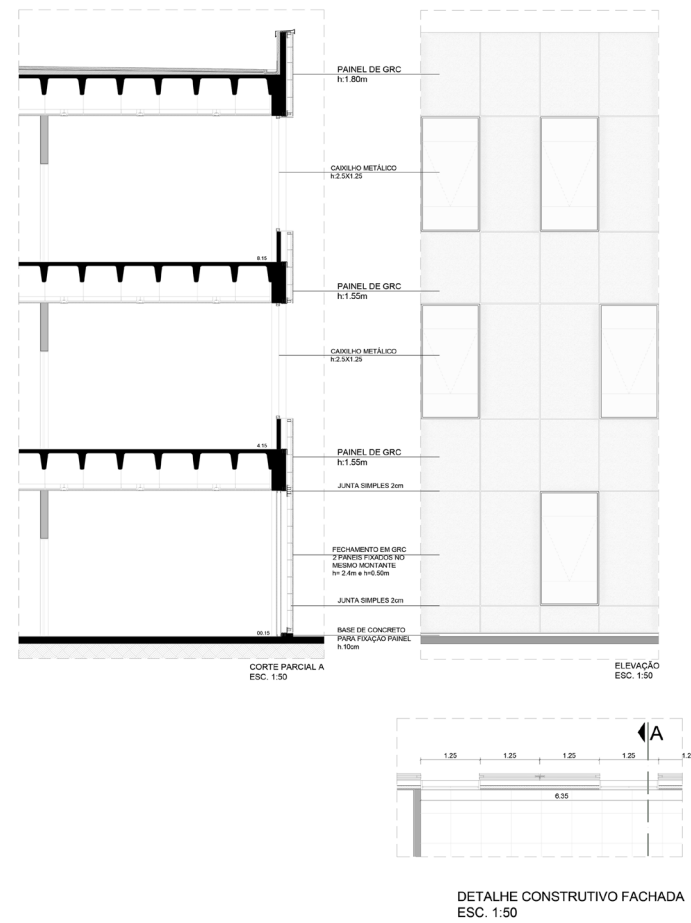
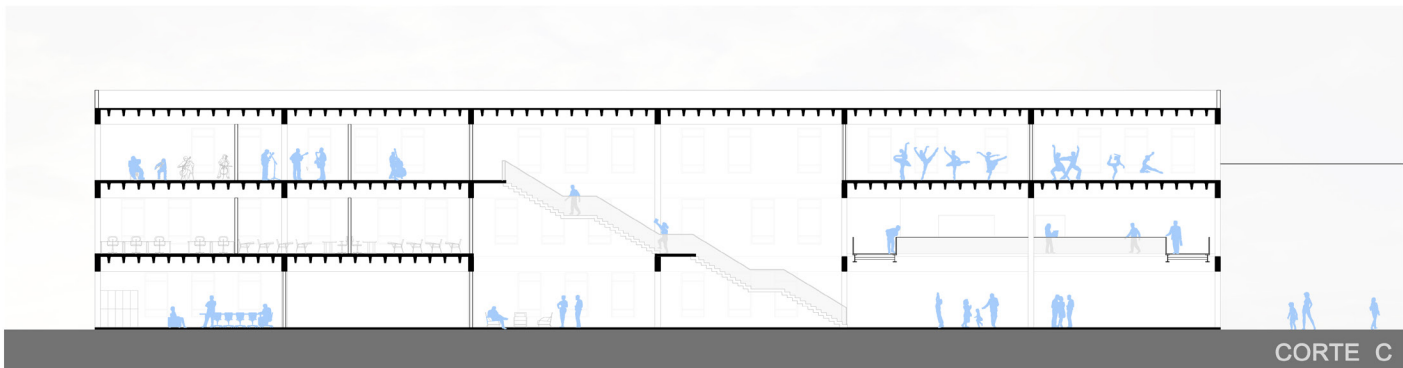
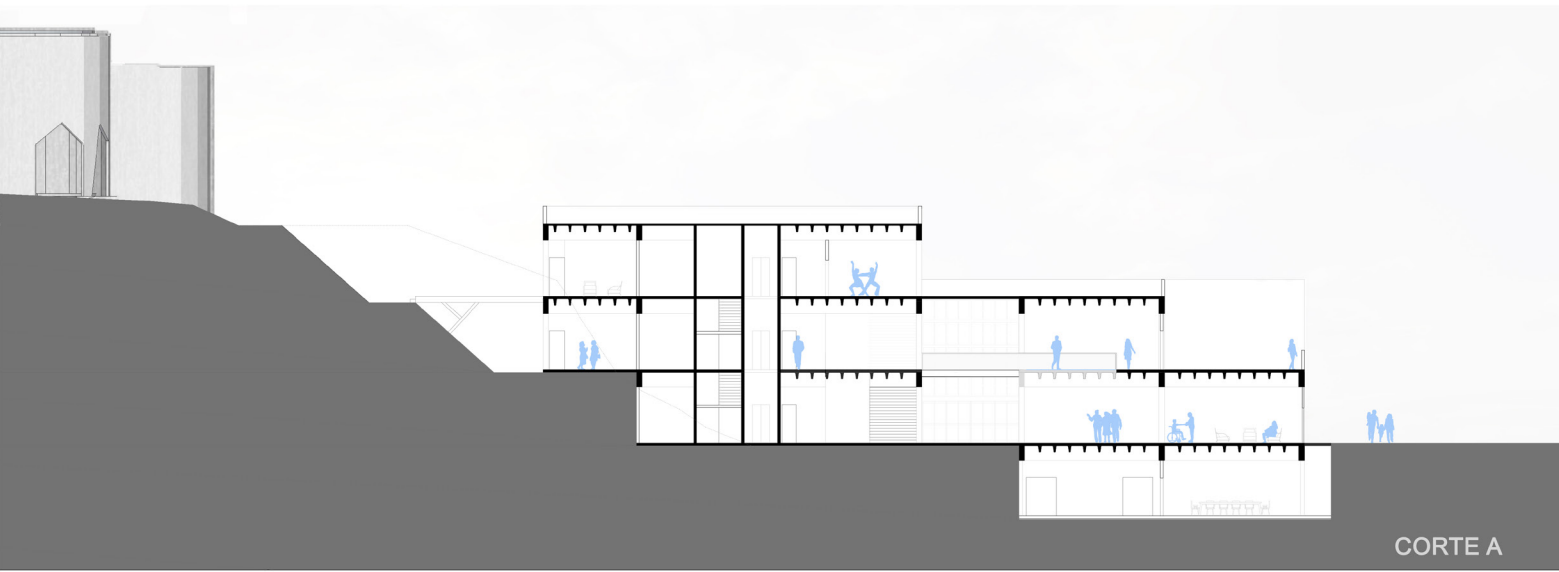
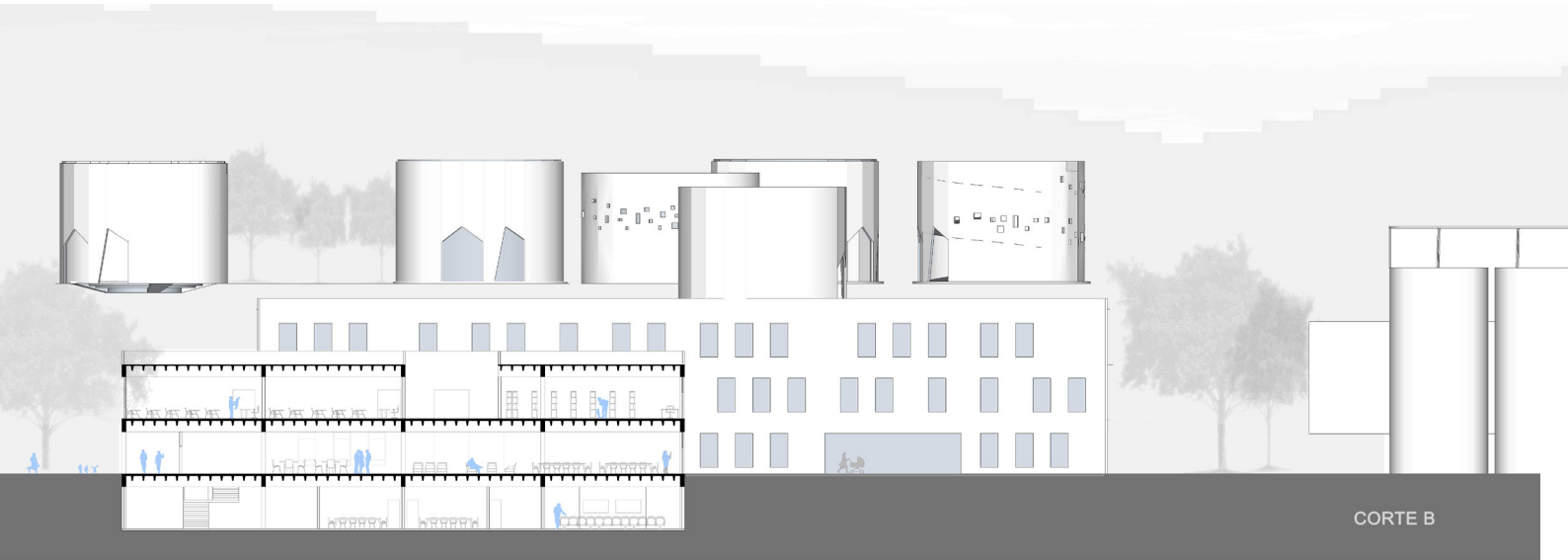
O bairro tem uma efervescência cultural considerável, trata-se de um esforço que parte de ongs, coletivos, movimentos e afins que buscam suprir através de projetos sociais uma demanda, sobretudo de formação cultural na tentativa de auxiliar o desenvolvimento da população para além das necessidades primárias de educação.

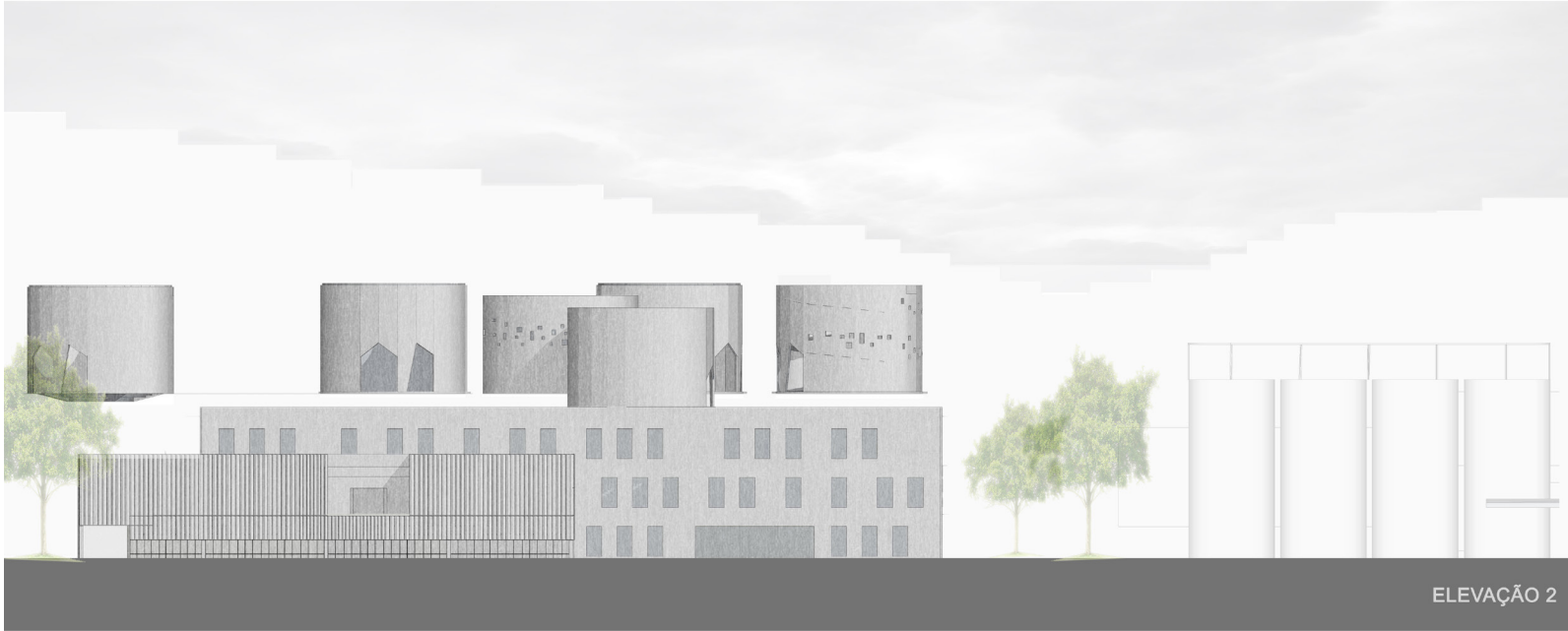
A escolha por um equipamento cultural se dá então por uma convergência de interesses onde, passado, presente e futuro são contemplados. Com o intento de ser um elemento conciliador ao passo em que oferece suporte para atividades já existentes e proporcione novos fazeres.



Térreo		Subsolo	
Área de convivência	300m²	Audatório 150m²	150m²
Café	100m²	Apoio Auditório 25m²	25m²
Direção	16m²	Foyer 150m²	150m²
Secretaria	25m²	Sala uso flexível 45 m²	45 m²
Sala de Professores	47,5m²	Banheiros F/M 17m²	17m²
Coordenação	12m²	Manutenção 102m²	102m²
Copa	35,5m²		
Vestibulário	25,5m²		
Banheiros F/M	14m² cada		
Livraria/Papelaria	72m²		
TOTAL		TOTAL	
		671,5m²	

1 Pavimento		2 Pavimento	
Biblioteca	170m²	Sala de Música	54m²
Área de convivência	120m²	Sala de Música	54m²
Sala de informática	54m²	Sala de Música	35m²
Sala de Artes	54m²	Sala de Música	28m²
Sala Teórica	28m²	Sala de Música	30m²
Sala Teórica	30m²	Sala de uso flexível	120m²
Sala Teórica	35m²	Sala Teatro e Dança	120m²
Sala Artes	76m²	Sala Teatro e Dança	60m²
Sala Artes	70m²	Sala Teatro e Dança	45m²
Sala Artes	50m²	Sala Teatro e Dança	135m²
3 Salas de uso flexível	130m² cada	Banheiros F/M	14m² cada
Banheiros	14m² cada	2 Depósitos	7,5m² cada
2 Depósitos	7,5m² cada		
TOTAL		TOTAL	
		1090m²	





BIBLIOGRAFIA

AOUN, Elias. Lembranças de Perus: O Bairro dos Minérios. São Paulo: Ed. Clanel, 2010

ANJOS, Ana Cristina Chagas dos; et. al. O Rio Pelos Trilhos: Introdução a História de Perus e Cajamar. Caieiras: IPEH – Instituto de Pesquisa em Ecologia Humana, 2008.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Trad. de Jeferson Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

JESUS, Mário Carvalho de (org.). Cimento Perus. 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal. São Paulo, JMJ, 1992.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Ouro Preto: Iphan, 2009.

MOREIRA, Jéssica; **GOULD**, Larissa. Queixadas – por trás dos sete anos de greve. São Paulo: Fapcom, 2013.

MORI, Victor Hugo; **SOUZA**, Marise Campos de; **BASTOS**, Rossano Lopes; **GALLO**, Haroldo. PATRIMÔNIO: Atualizando o debate. São Paulo: 9ª. SR/ I’PHAN, 2006.

PELLEGRINI, Andréa Lúcia Torres Amorim. Trabalho, moradia, saúde e cultura: entrelaçando relações: uma experiência em pesquisa-ação a partir do PSF Recanto dos Humildes, Perus. Dissertação (Mestrado em Ciências) - UNIFESP, São Paulo, 2011.

SILVA, Diego Vernille da. Construir no construído projeto de uma universidade na antiga Fábrica De Cimento De Perus. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SIQUEIRA, Elcio. Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987). Dissertação (Mestrado em História Econômica) - UNESP, São Paulo, 2001.

São Paulo, DPH/CONPRES, Processo de Tombamento 1992-0.009.268-3 resolução nº 27/92

São Paulo, DPH/CONPRES, Processo de Tombamento 2004-0.094.059-7 resolução nº 19/04

VARINE, Hugues de. As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

SITES:
Movimento Pela Reapropriação da Fábrica de Cimento
<https://movimentofabricaperus.wordpress.com/sobre-o-movimento/quem-somos/>

Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento - FAU USP
<http://espiral.fau.usp.br/universidadelivre/index.html>

Observa SP
<https://observasp.wordpress.com/2014/11/25/cultura-e-paisagem-uma-nova-perspectiva-no-tecido-urbano/#comments>

Blog Euler Sandeville
<https://sandeville.wordpress.com/2015/08/12/nossa-participacao-nas-discussoes-do-plano-diretor-estrategico-aprovado-em-2014/>

Cantareira News
<http://www.cantareira.org/noticias/periferia-brasilandia-historia-perus-tres>

Gestão Urbana
<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>

Infocidade
<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
<http://www.seade.gov.br/>

